

Era uma profissão considerada familiar, pois o aprendiz de moleiro aprendia, quase sempre, o ofício no seu círculo familiar. Esta profissão era considerada de desgaste rápido e de fácil aprendizagem, dado que, o aprendiz de moleiro tinha convivido, toda a sua vida, com o trabalho diário de um moinho. Alguns moleiros nasceram no próprio moinho ou na casa que lhe correspondia.

Até ao momento, não se conhecem mulheres com esta profissão, embora a esposa do moleiro soubesse o ofício, dando-lhe, por isso, uma grande ajuda.

Os moinhos de maré laboravam conforme as marés, não havendo horário certo para trabalhar, assim podiam funcionar a qualquer hora do dia ou da noite. A vantagem desta fonte de energia era a sua previsibilidade, pois como há duas marés diárias havia a garantia de cerca de quatro horas de moagem.

III.I Funcionamento

De uma maneira geral, os moinhos de maré possuíam sempre uma caldeira¹⁰, onde a água é represada na maré alta, ou seja, quando a maré sobe o moleiro abre as comportas¹¹ da caldeira para deixar entrar a água, quando a caldeira está cheia fecha as comportas e prende a água na caldeira. Quando a maré vaza o moleiro abre as comportas do moinho, que se situam nos poços e a água passa por eles fazendo rodar o rodízio¹².

¹⁰ Caldeira – parte onde é represada a água para se poder accionar o rodízio.

¹¹ Comportas – dispositivos de controlo de entrada de água, permitindo ou impedindo a sua passagem. Pode ser accionada manualmente ou funcionar automaticamente impedindo ou permitindo a passagem da água. (Martins et al,2005,97 a 238)

¹² Rodízio – roda horizontal de cerca de 1 metro de diâmetro constituída por uma série de palas (penas) de madeira ou metal dispostas radialmente (Martins et al,2005,19)



Figura XXXV. Caldeira do Moinho do Cais

Foto: Hugo Sécio

O rodízio é considerado o motor da máquina, pois é o que inicia o movimento. A sua ligação à máquina operatriz (que realiza o produto final) é efectuada através do sistema de transmissão. Estes três elementos constituem o sistema de funcionamento de um moinho de rodízio.

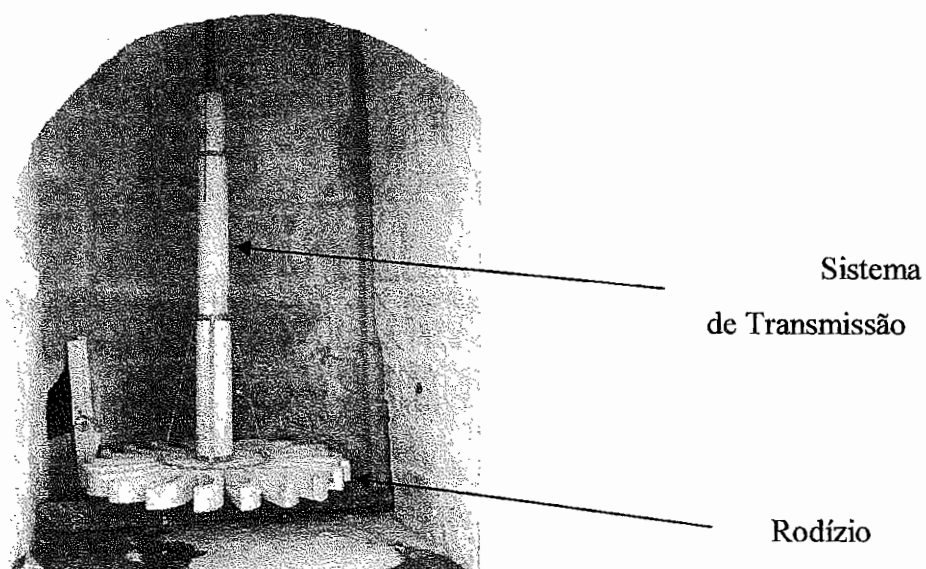


Figura XXXVI. Sistema de funcionamento de um moinho de rodízio

Foto: Carlos Rosa

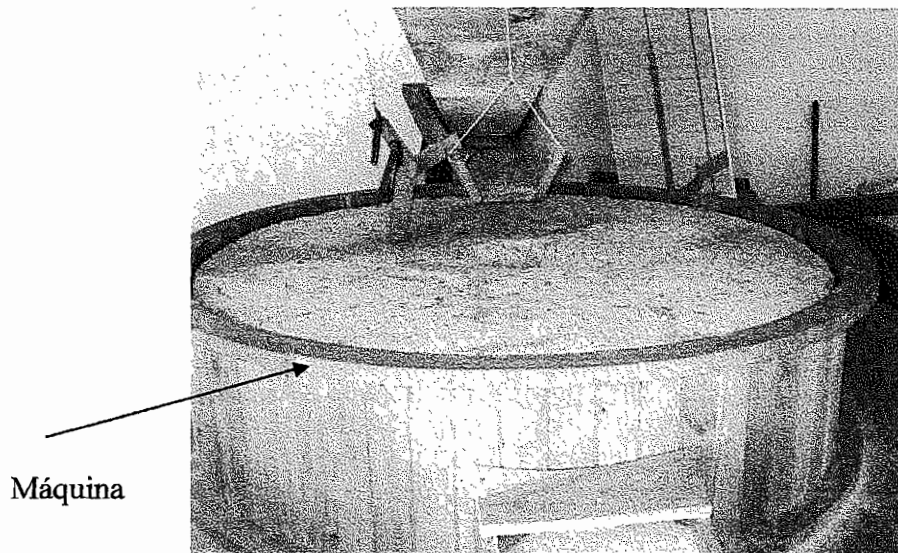
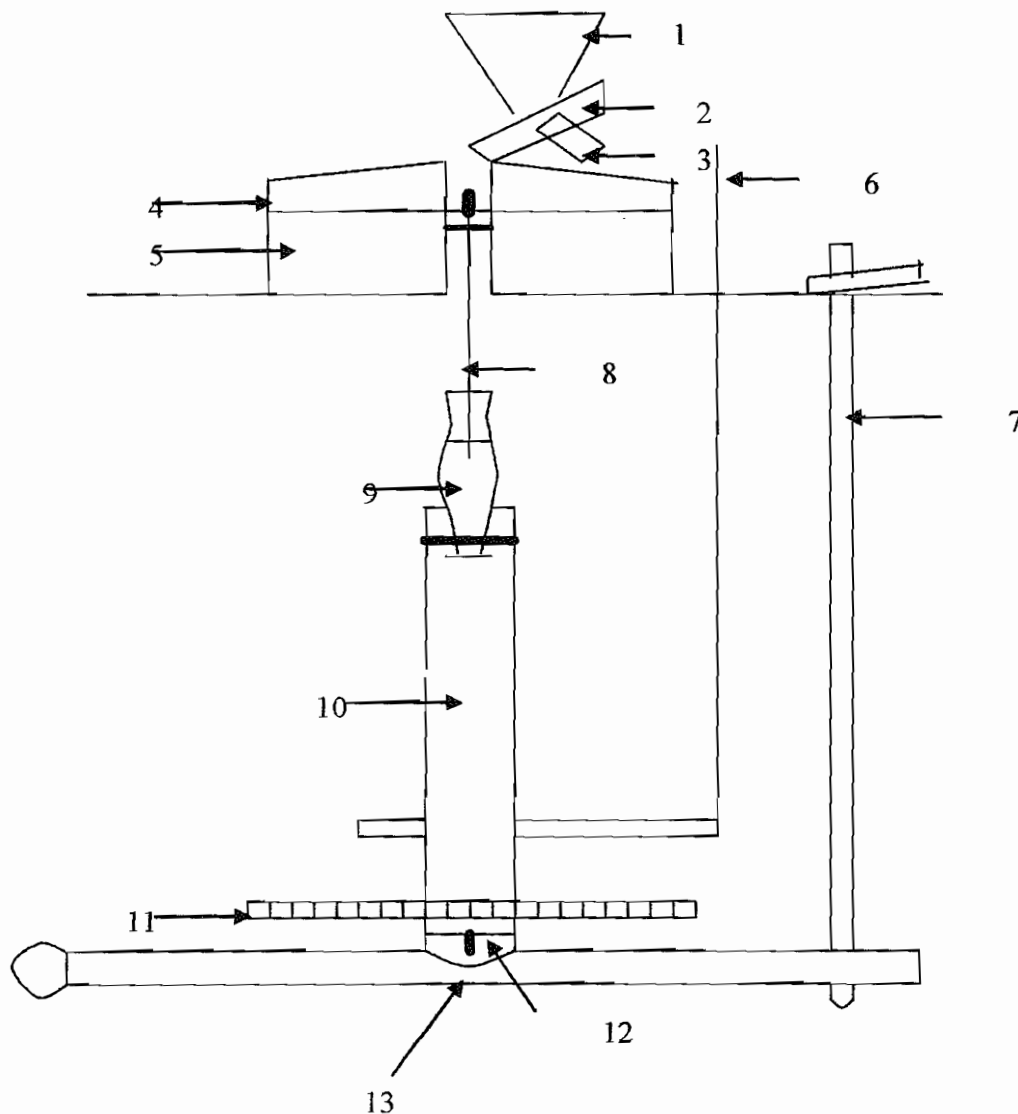


Figura XXXVII. Máquina operatriz

Foto: Micaela Casaca Sécio

Esquema de funcionamento de um moinho de maré de rodízio



Esquema I. Esquema de funcionamento de um moinho de maré

Fonte: Relatório de acompanhamento arqueológico na Reconstrução do Moinho do Cais

Legenda:

1) Tegão – reservatório, normalmente de madeira de pinho, em forma de pirâmide invertida e aberta em cima e em baixa por onde sai o grão. Pousa numa armação de madeira que encaixa atrás num prumo chamado corvo podendo, assim subir, descer ou rodar, quando se ergue a mó para ser picada. (Martins et al,2005,97 a 238)

2) Quelha – peça de madeira que conduz o cereal do tegão ao olho da mó e cuja inclinação é controlada pelo regulador da quelha. (Martins et al,2005,97 a 238)

3) Cadêlo – tradicionalmente era um dispositivo em forma de T composto por um pedaço de pau, quase sempre curvo, com uma ponta presa à quelha e com a outra apoiada na mó. É, assim, através dele, transmitida ao tegão a trepidação da mó fazendo deslizar o cereal que, daquele, passa para dentro dela. Esta trepidação é regulada por meio de pesos aplicados sobre uma travessa de madeira pregada por uma ponta ao cadêlo e suspensa por fios pela outra, à retaguarda. (Martins et al,2005,97 a 238)

4) Mó andadeira – pedra cilíndrica móvel, com um furo central, sob a qual, através do seu olho, se coloca o grão para ser triturado. (Martins et al,2005,97 a 238)

5) Poiso – pedra cilíndrica fixa, que ao ser friccionada pela mó andadeira tritura o grão.

6) Pejadouro – instrumento para abrir a comporta.

7) Aliviadouro – sistema que permite aliviar a mó e serve para graduar a finura da farinha (mais fina ou mais grossa). (Martins et al,2005,97 a 238)

8) Veio – parte que liga o casal de mós ao lobete. Constitui com o lobete e a pela, o mecanismo de transmissão (árvore).

9) Lobete – parte central do mecanismo de transmissão.

10) Pela – liga o rodízio ao lobete

11) Rodízio - roda horizontal de cerca de 1 metro de diâmetro constituída por uma série de palas (penas) de madeira ou metal dispostas radialmente (Martins et al,2005,19)

12) Aguilhão – veio em metal ou pedra que se encontra na base da árvore do rodízio e que suporta todo o aparelho motor e moageiro. (Martins et al,2005,97 a 238)

13) Rela – parte onde encaixa o aguilhão.

O cereal é colocado no tegão, à medida que a mó andadeira roda, o cadelo, que toca na mó, faz mexer o tegão e o cereal cai pela quelha para dentro do buraco que, em contacto com o poiso, se vai transformando em farinha. A força que faz mover a mó é a água que bate no rodízio e através do sistema de transmissão a coloca a andar.

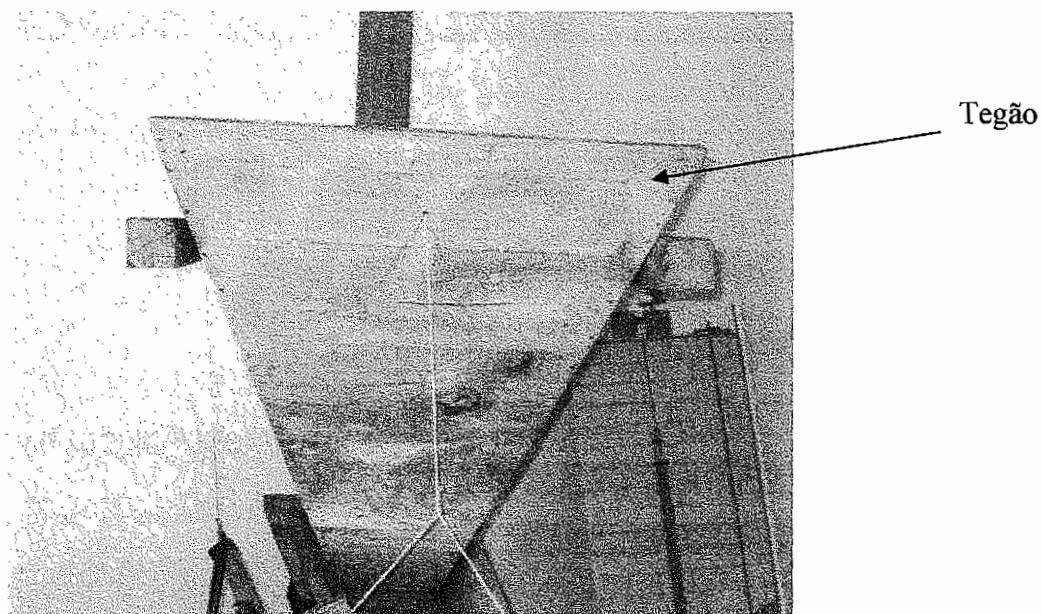


Figura XXXVIII. Pormenores da moenda (máquina) do Moinho do Cais

Foto: Micaela Casaca Sécio

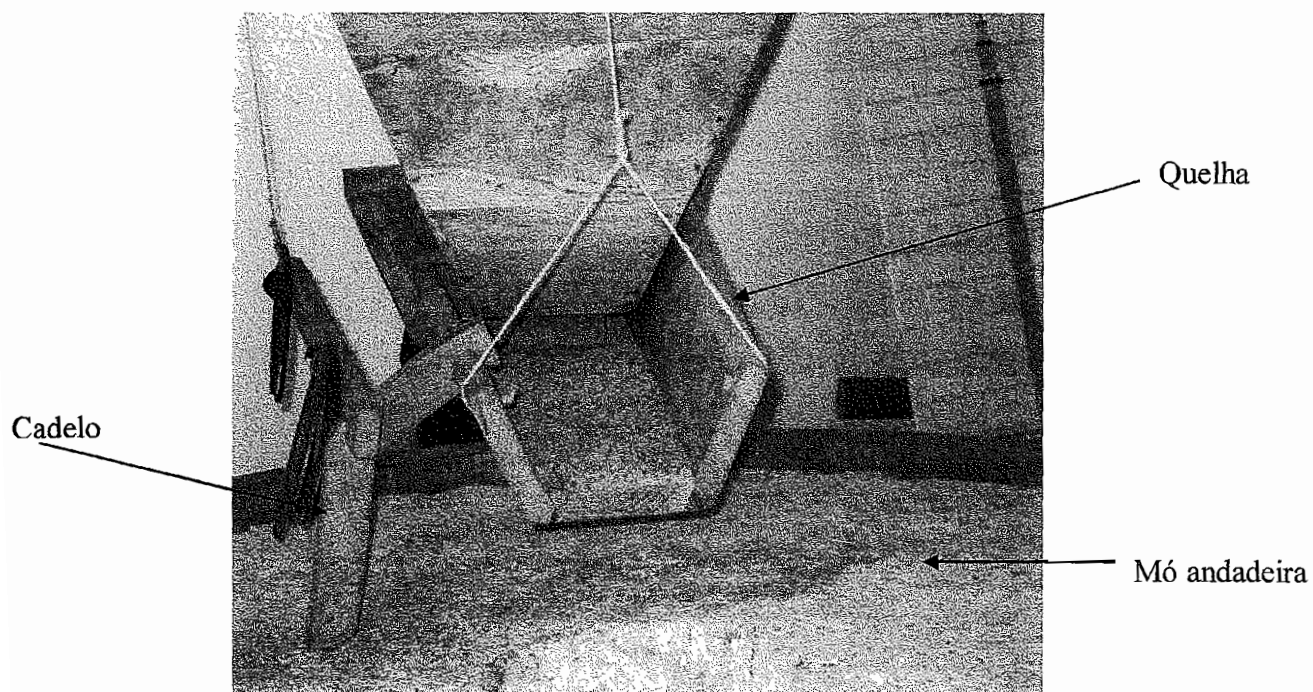


Figura XXXIX. Pormenores da moenda (máquina) do Moinho do Cais

Foto: Micaela Casaca Sécio

III.II Moinhos de Maré no Estuário do Tejo

Tal como foi referenciado o estuário do Tejo era um sítio privilegiado de localização de moinhos de maré, não apenas devido às suas condições físicas, mas, também, por causa das suas condições humanas.



Figura XL. Estuário do Tejo, lado Montijo, ao fundo encontra-se Moita, outra zona ribeirinha

Foto: Hugo Sécio

Ao longo da extensão de Seixal – Montijo encontramos vários vestígios de moinhos de maré, estes estavam situados na área de influência económica da cidade de Lisboa. (Nabais,1986,27). A proximidade com Lisboa despoletou toda a actividade moageira nesta região, pois “(...) *o capital para a construção e conservação dos moinhos de maré, de um modo geral, vinha de Lisboa, porque os proprietários destes estabelecimentos industriais eram o rei, a nobreza e as instituições religiosas que estavam sedeadas na capital*” (Nabais,1986,28).

Segundo Joaquim Baldrico, a maioria dos moinhos de maré do Estuário do Tejo pertenciam a ordem religiosas. (Baldrico,1998,6)

Localizadas perto de Lisboa, apenas com o rio a separá-las, as localidades da zona ribeirinha da margem sul do Tejo, desenvolveram, a partir do início do século XIV, uma grande actividade moageira. A sua localização estratégica assim o permitiu, dado que, Lisboa

consumia muita farinha; situavam-se a pouca distância dos fornos de Vale de Zebro, onde se procedia à fabricação dos biscoitos que abasteciam as naus; utilizavam com facilidade os barcos para transportar a mercadoria, o meio de transporte fluvial era o mais utilizado na época.

Segundo Veiga de Oliveira e outros, existia um verdadeiro complexo industrial, pois “(...) *Gaspar Frutuoso, nas saudades da Terra – entre 1582 e 1591 – escreve que ‘da qual (Almada) até Aldeia Galega, que atrás fica, há seis léguas, em que haverá perto de sessenta moendas, que moem de maré’ (...)*” (Veiga de Oliveira e tal,1983,85). Segundo Mário Balseiro Dias, Gaspar Frutuoso referiu-se ao próprio mecanismo e não aos moinhos, assim esta informação não está correcta, dado que “(...) *na realidade sabemos hoje que, na área em causa, existiam, pelo menos, 38 moinhos e quase 200 moendas – quer dizer, o triplo referidas por Frutuoso.*” (Dias,2001,104).

Através do *Livro das Grandezas de Lisboa* de Padre Frei Nicolau de Oliveira (1620), sabemos que haviam mais de 500 barcos ligados a moinhos da margem sul do Tejo (Martins,2006,81), o que atesta a grandeza desta actividade. Os cais fluviais encontravam-se perto destes moinhos, em alguns casos pertenciam aos moinhos e desenvolveram-se devido a estes.

Sabemos que, estes moinhos de maré foram objecto de remodelações, pois tal como nos evidencia Adolfo Silveira Martins “(...) *os moinhos do estuário do Tejo terão sido objecto de profundas remodelações, nomeadamente para aumento da produtividade no período de expansão e manutenção do império português. Tal aconteceu ao moinho de Corroios que terá passado de quatro para cinco mós e, provavelmente, também ao moinho do Cais, se aceitarmos a data da sua edificação anterior o século XVII.*” (Martins,2006,81).



Figura XLI. Moinho de maré de Corroios

Fonte: Ecomuseu do Seixal

Alguns moinhos de maré do Estuário do Tejo eram moinhos mistos, ou seja utilizavam a água das marés e a água das correntes para funcionar, temos um caso desses em Montijo cujo Moinho da Lançada era misto (Nabais,1986,69). A vantagem deste tipo de moinho prende-se com o facto de poder trabalhar mais tempo e não estar apenas dependente das marés.

Tendo o seu período áureo na época dos descobrimentos, começaram a diminuir a intensidade de laboração após essa altura. Na zona do Seixal, por exemplo, alguns moinhos de maré, a partir do início do século XIX começaram a ter outras aplicações, tais como preparar farinha de peixe e, como foi o caso do moinho de Corroios, utilização para o descasque de arroz.

Este tipo de moinhos laboraram até ao século XX, contudo foram reduzindo o número de moendas até à extinção. Assim, durante o século XX somos testemunhas do encerramento dos moinhos de maré no Estuário do Tejo e, em muitos casos, da sua ruína.

III.III Os Moinhos de Maré em Aldeia Galega (Montijo)

Montijo é uma localidade ribeirinha, situada na margem sul do Rio Tejo. Assim, devido a estar localizada no Estuário do Tejo, foi um local privilegiado para a edificação de moinhos de maré.

Aldeia Galega (nome de Montijo até 1930), possuía seis moinhos de maré. Actualmente, a maioria encontra-se em ruínas, apenas um, o Moinho do Cais (objecto do presente estudo) está recuperado.

Até ao momento, não existem muitas informações sobre estes seis moinhos de maré de Aldeia Galega, contudo “(...) Carvalho da Costa, na sua Corografia Geral do Reino, assinala as quintas de Aldeia Galega com moinhos de maré em 1712: a de Francisco de Novais Casado, com ‘hum bom moinho de seis engenhos’; a de Luís de Saldanha da Gama com ‘hum moinho de quatro pedras’; e a de D. Luís de Salazar, com outro. A vila possuía no termo, desde a Quinta da Lançada, dois moinhos; à vista do ponto três e, na divisão do termo com Alhos Vedros, um com duas pedras em cada termo. Portanto, seis moinhos, no total.” (Dias, 2001,105).

Temos: o Moinho do Cabo, o Moinho do Meio, o Moinho do Cais, o Moinho das Nascentes (ou Mundet), o Moinho da Lançada e o Moinho Entre Dois Termos.

Mapa de Localização dos Moinhos de Maré de Montijo

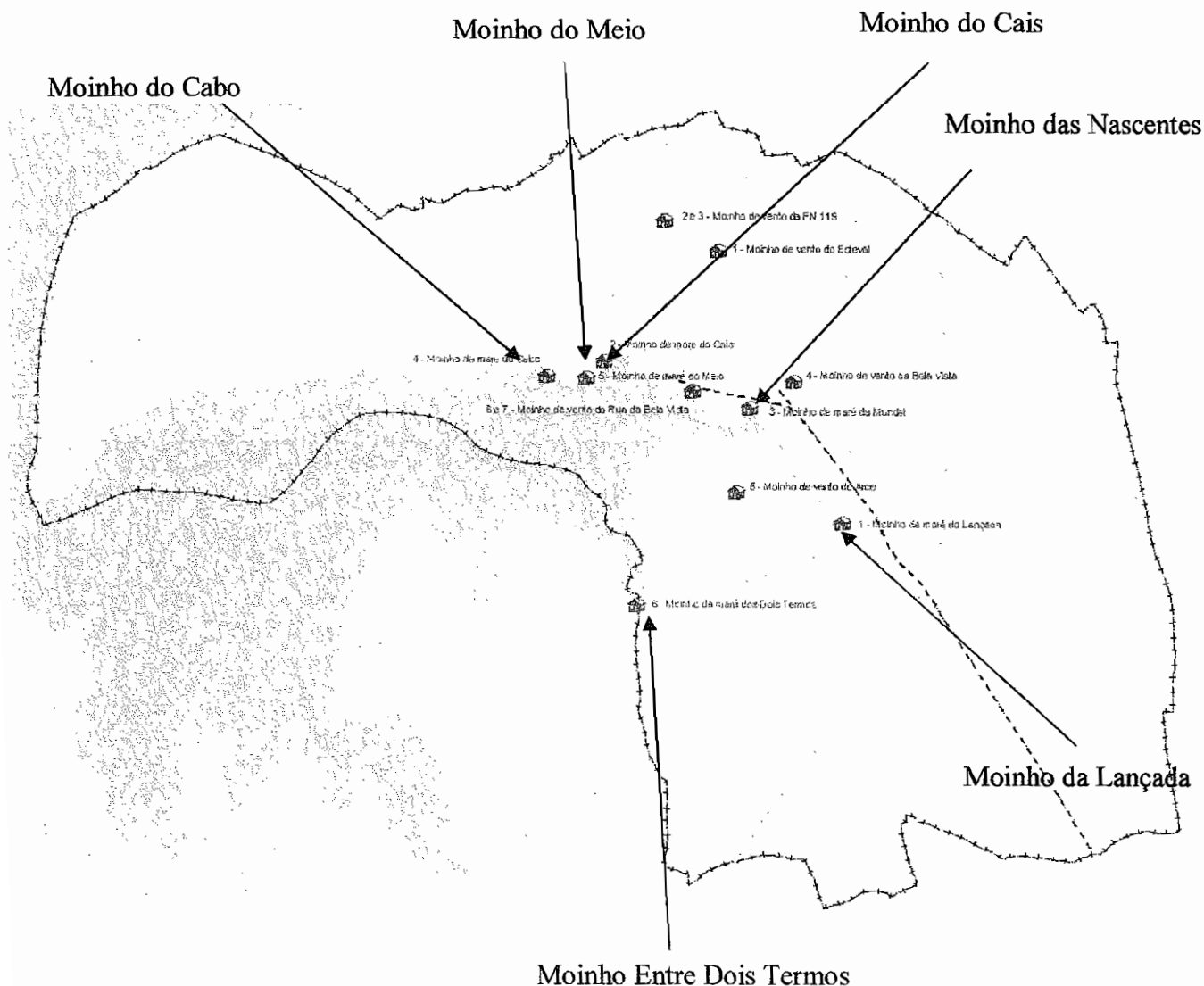


Figura XLII. Mapa de Localização dos Moinhos de Maré de Montijo

Fonte: SIGM

Moinho do Cabo:

O moinho de maré do Cabo está situado num esteiro perto da Quinta do Saldanha. Esta quinta foi pertença de António Saldanha que possuía, para além do moinho de maré, marinhas de sal. Actualmente, encontra-se em ruínas, restando muito pouco daquilo que outrora foi.



Figura XLIII. Quinta do Saldanha, vista do Moinho do Cabo

Foto: Hugo Sécio

O Moinho do Cabo tinha quatro moendas e, como foi mencionado atrás, pertencia à Quinta do Saldanha. Em 1540, a Ordem de Santiago, que detinha a maioria das terras e águas da zona, passou a Duarte da Gama “(...) *carta de aforamento enfiteutico de água necessária para fazer trabalhar os referidos engenhos.*” (Dias, 2001,105).



Figura XLIV. Parte da estrutura do Moinho do Cabo (21 de Abril 2007)

Foto: Hugo Sécio



Figura XLV. Parte da comporta do mesmo moinho (21 Abril 2007)

Foto: Hugo Sécio



Figura XLVI. Pormenor do que poderia ter sido a caldeira do moinho

Foto: Hugo Sécio

Este moinho ficou na família Gama (mais tarde Saldanha da Gama) durante cerca de três séculos. No século XX, quando já não trabalhava, foi destruído pelo ciclone de 15 de Fevereiro de 1941.

Moinho do Meio:

O moinho de maré do Meio adoptou este nome devido à sua localização, pois está situado entre o Moinho do Cabo e o Moinho do Cais. O moinho do Meio e o moinho do Cais integravam o Morgadio de Santo António que “(...) foi Duarte Rodrigues Pimentel seu fundador” (Rama, 2001,45)

Este moinho começou por ser constituído por quatro moendas, mas rapidamente passou para três. Caracterizou-se por ser um moinho de baixo rendimento, o que levou a ter deixado de laborar no século XIX.

Actualmente, só se pode aceder a este moinho por rio, o que dificulta o seu acesso, tornando-se muito difícil visitá-lo.

Moinho do Cais:

O moinho de maré do Cais é o moinho objecto do nosso estudo, como tal, foi o moinho que foi alvo de maior investigação. Assim, apresentaremos as suas características pormenorizadas mais adiante.

Moinho das Nascentes (Mundet)

O moinho de maré das Nascentes, mais tarde, já no século XX, conhecido pelo moinho da Mundet, dado ter passado para os pertences da fábrica de cortiça que operava em Montijo, é um dos mais antigos moinhos de maré de Montijo.

Segundo Mário Balseiro Dias, este moinho foi pertença de Pedro Varela e tinha quatro moendas (Dias,2001,112).

Este moinho laborou muito na época da Segunda Guerra Mundial, dado a escassez de gasóleo para colocar as moagens mecânicas a funcionar.

Actualmente, encontra-se em ruínas e o seu acesso é muito complicado, dado que a entrada se encontra quase toda tapada por vegetação, contudo ainda apresenta alguma parte das estruturas originais erguidas.



Figura XLVII. Moinho das Nascentes (21 Abril 2007)

Foto: Hugo Sécio



Figura XLVIII. Vista do lado do Estuário do Tejo

Foto: Hugo Sécio

Moinho da Lançada

O moinho de maré da Lançada é o “(...) *mais antigo da margem Sul do estuário de Tejo que se conhece (...)*”(Dias,2001,115). Segundo Joaquim Baldrico, este moinho data de, pelo menos, 1386 (Baldrico,1998,7), contudo Mário Balseiro Dias relata-nos que “(...) *de acordo com o treslado de um aforamento, datado de 1368 – época em que a Quinta da lançada estava abandonada há alguns anos, com as casas derrubadas e o terreno transformado em charneco e mato – já, então, existia aí um moinho de maré (...)*” (Dias,2001,115).

Como já foi referenciado na parte que falámos dos moinhos de maré no Estuário do Tejo, este moinho era misto, pois podia ser movido pela maré ou pelo curso da água que passava por perto.

Actualmente, tal como os outros, encontra-se em ruínas, mas é o que apresenta ainda grande parte das estruturas originais erguidas. Assim, através do testemunho presencial podemos constatar que teve quatro moendas, ainda se encontrando mós à superfície.



Figura XLIX. Moinho da Lançada (21 Abril 2007)

Foto: Hugo Sécio



Figura L. Zona onde provavelmente se localizava a caldeira deste moinho

Foto: Hugo Sécio



Figura LI. Pormenor do moinho, junto à porta de entrada

Foto: Hugo Sécio



Figura LII. Poço do moinho onde se encontrava o sistema de moagem. Existem mais três iguais.

Foto: Hugo Sécio

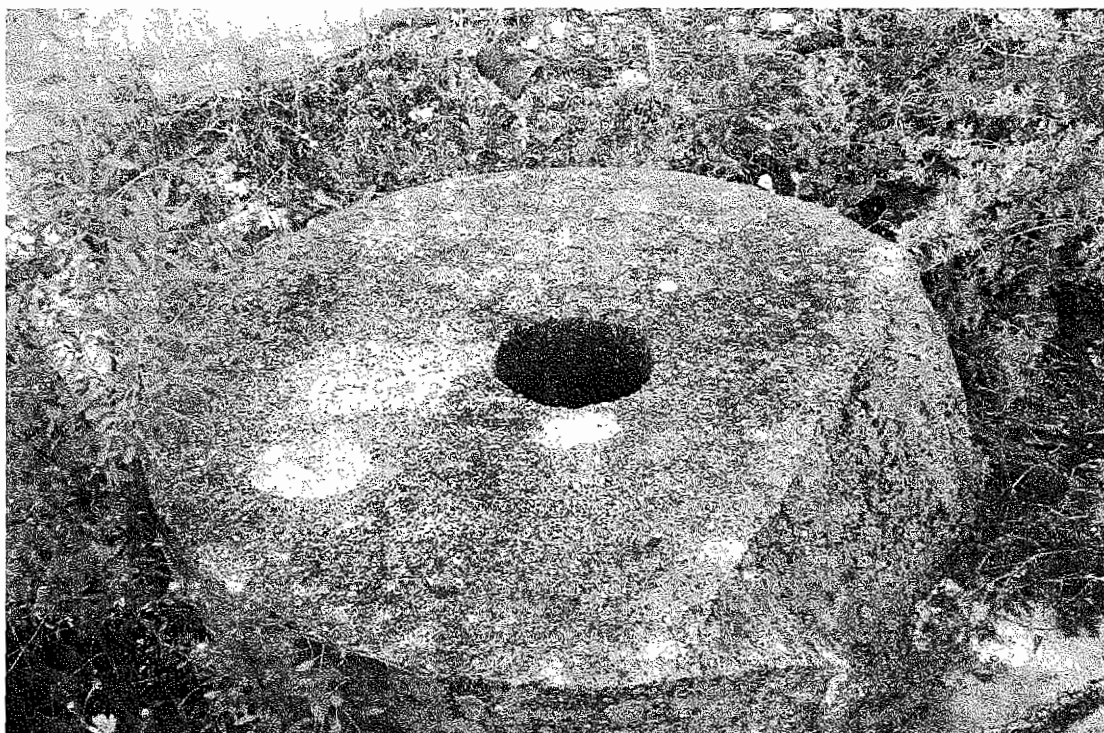


Figura LIII. Mó encontrada dentro do moinho, junto a um poço

Foto: Hugo Sécio



Figura LIV. Buraco onde encaixava a comporta de um dos poços

Foto: Hugo Sécio

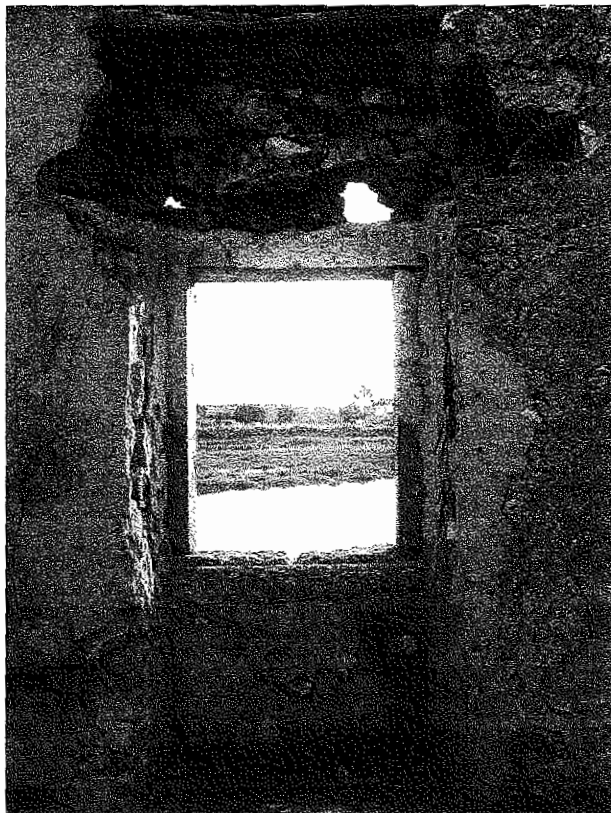
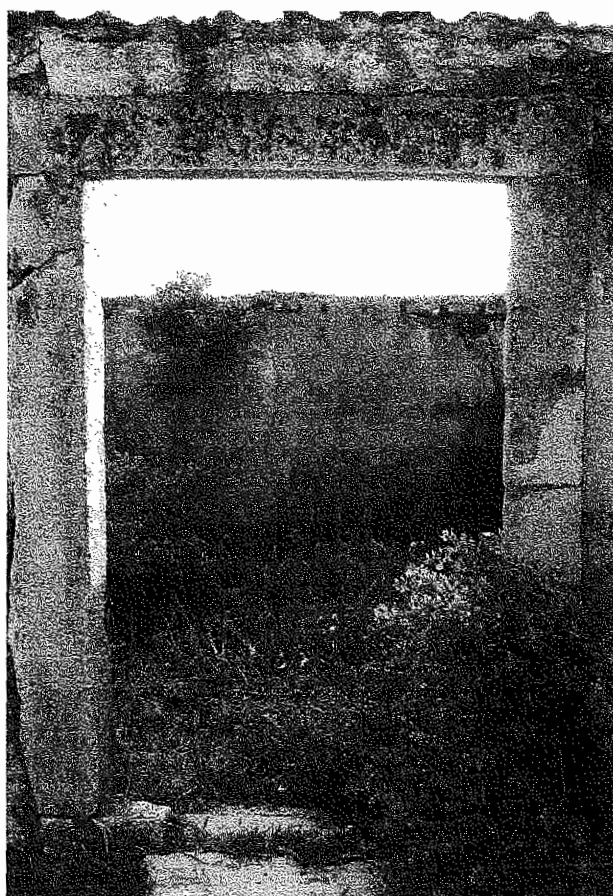


Figura LV. Uma das janelas do moinho, onde se consegue vislumbrar o estuário do Tejo.

Foto: Hugo Sécio

Figura LVI. Porta do moinho, pormenor da cantaria

Foto: Hugo Sécio



Moinho de Entre Dois Termos

O moinho de maré de Entre Dois Termos possuía quatro moendas que eram divididas entre Aldeia Galega e Alhos Vedros (outrora concelho, actualmente pertence ao concelho da Moita). *“Tratava-se do único engenho do nosso concelho que possuía uma casa, para habitação do moleiro.”* (Dias, 2001,118).

Este moinho é mencionado em 1585, no ano de 1875 foi comprado por Domingos Tavares (grande proprietário de Aldeia Galega, que possuía, também, a casa onde actualmente se encontra a sede do Museu Municipal de Montijo) e propriedade da família até 1977, data em que foi vendido à empresa Jaime Ferreira da Costa e Irmão, Lda.

Os moinhos de maré na zona de Montijo foram sendo abandonados, devido aos elevados custos inerentes à sua manutenção. No início do século XIX, apareceram os moinhos de vento nos sítios mais elevados de Aldeia Galega, que começaram a competir com os moinhos de maré, dado que os custos que envolviam eram muito menos elevados do que os primeiros.

Os últimos moinhos a deixarem de laborar foram os moinhos do Cais, das Nascentes e de Entre os Termos, durante o século XX, o que coloca um ponto final numa era *“(...) de cerca de seiscentos anos, na transformação de cereais, no concelho de Aldeia Galega do Ribatejo”* (Dias, 2001,122).

Actualmente, a autarquia procedeu à recuperação de um destes moinhos de maré – o Moinho do Cais – com o objectivo de preservar o património cultural do concelho. Este é o objecto do nosso trabalho.

III.IV Moinho do Cais

O Moinho do Cais está localizado no antigo Cais das Faluas, o cais mais antigo da cidade de Montijo, que data do século XVII. Segundo Adolfo Silveira Martins, *“Desconhecemos qual a analogia da designação do Moinho do Cais (...) com o mais antigo cais da vila de Aldeia Galega – o Cais das Faluas (...). A existir qualquer relação, podemos também formular a hipótese do moinho também datar da mesma época ou de ter adquirido a mesma designação por relação de proximidade ou até de propriedade, sabendo todavia que todos os moinhos destas características habitualmente possuem um pequeno cais de acostagem para transporte dos cereais e da farinha que normalmente se transportava pelo*

rio. (...)” (Martins, 2006, 81). Este moinho de maré situa-se perto do centro da cidade e junto à Av. dos Pescadores, uma das avenidas mais emblemáticas da cidade.

Este é o único exemplar conhecido de moinho de maré do estuário do Tejo que se manteve com mecanismos primitivos, resistiu às adaptações industrializantes que se sucederam na segunda metade do século XIX.

O Município de Montijo procedeu à recuperação deste moinho de maré, que abriu as portas ao público em 29 de Junho de 2005.



Figura LVII. Placa com a data de abertura, colocada à porta do Moinho do Cais

Foto: Micaela Casaca Sécio

O projecto “Restauro e Reabilitação do Moinho de Maré do Cais das Faluas” integra-se numa estratégia global adoptada pelo Município de Montijo denominada *Plano Estruturante - Zona Ribeirinha da Cidade de Montijo*. Este plano pretende a requalificação do tecido urbano, tradicionalmente designado centro da cidade, com uma forte componente ambiental determinante para a obtenção das condições de melhoria da qualidade do ambiente urbano, ao mesmo tempo que se intervém na valorização de toda a frente do rio.

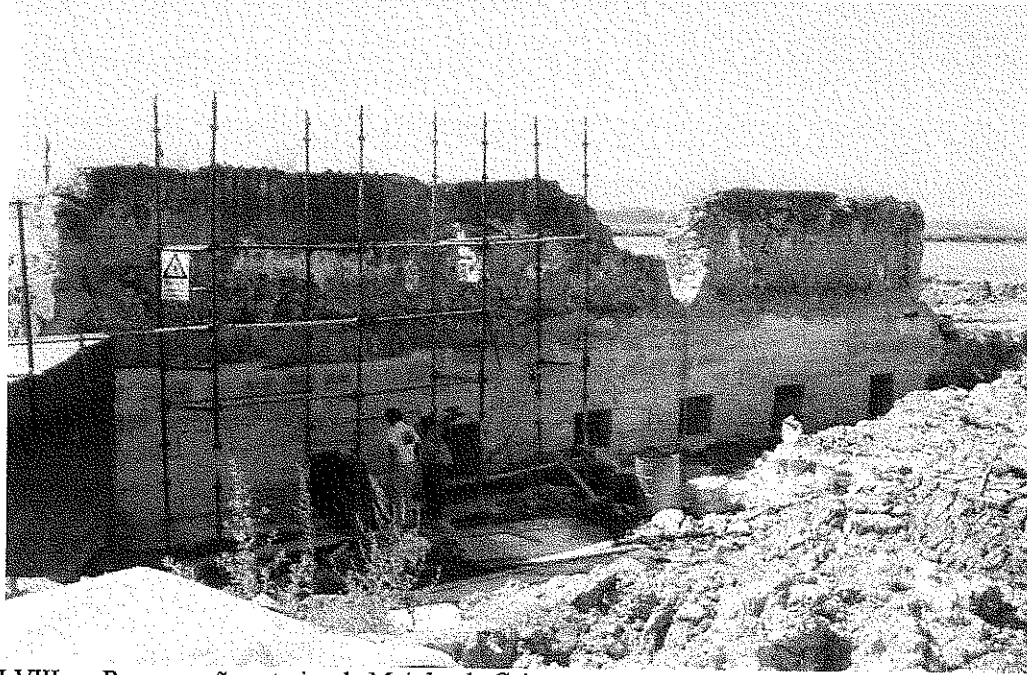


Figura LVIII. Recuperação exterior do Moinho do Cais

Foto: Carlos Rosa

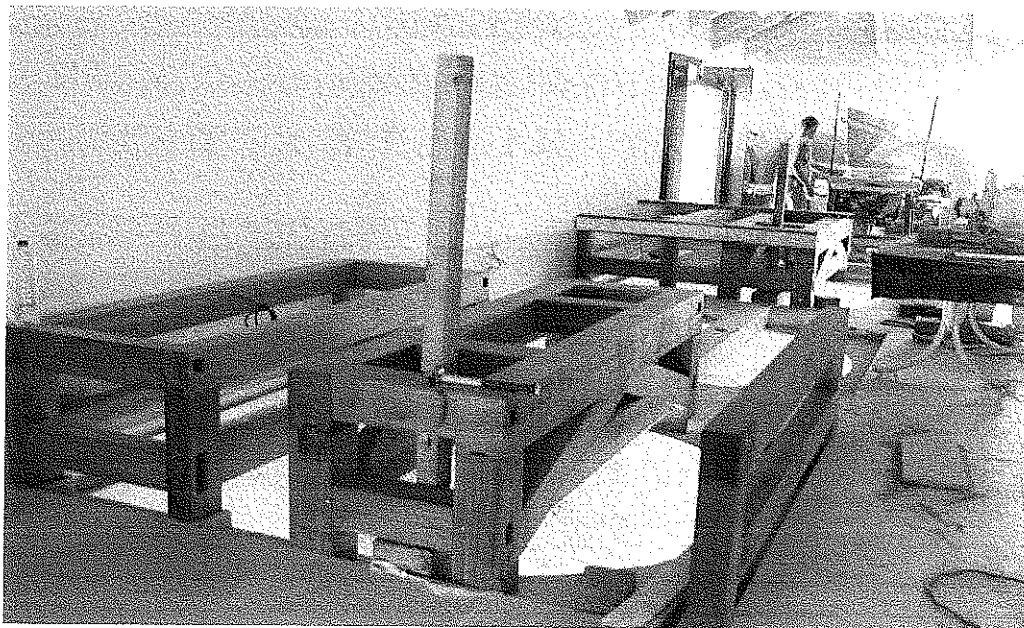


Figura LIX. Recuperação do interior do moinho

Foto: Carlos Rosa

Para além disso, pretende-se a valorização do património existente e, consequentemente, potenciar a criação de novo património como forma de assegurar uma dinâmica de identidade, motor de consolidação afectiva e enraizamento cultural da população metropolitana.

O programa definido, contempla como objectivo a reprodução do ambiente original de funcionamento, e a sua compatibilização, com os restantes núcleos museológicos do concelho. O destino do edifício, sendo adequado os meios às exigências patrimoniais emergentes, é o da reposição arquitectónica e a da restituição da sua importância e significado, quer como património cultural, quer como valor simbólico da sua actividade – a moagem.

III.IV.I Dados históricos do Moinho do Cais

As referências históricas deste moinho são muito escassas, existem poucos documentos relacionado com este. A informação que possuímos tenta ser a mais completa possível, até ao momento. Esta reúne dados retirados de fontes documentais e dados retirados do relatório efectuado pelos técnicos que fizeram o acompanhamento arqueológico na altura da reconstrução do moinho. Adolfo Silveira Martins, o arqueólogo responsável pela equipa que efectuou esse acompanhamento, refere que “(...) *confrontando as informações disponíveis de natureza documental com os vestígios arqueológicos parece-nos prematuro propor uma data ou um período concreto para a fundação do Moinho de Maré do Cais (...)*” (Martins,2006,82).

Durante a reconstrução do moinho de maré do cais das faluas encontraram-se cantarias originais, tais como a que tinha a Cruz da Ordem de Santiago, situada numa das portas de entrada do moinho.



Figura LX. Lintel da porta - cantaria original com a Cruz de Santiago.

Foto: Micaela Casaca Sécio



Figura LXI. Pormenor da Cruz no Lintel da Porta

Foto: Micaela Casaca Sécio

Devido a esta Cruz da Ordem de Santiago, supõe-se que este moinho tenha sido pertença à referida Ordem, sobre este assunto Joaquim Baldrico refere “(...) em relação ao moinho pertença de Francisco Novaes Casado, o mesmo ostenta na verga da porta principal uma Cruz de Santiago, pelo que podemos pôr a hipótese que tenha pertencido aos bens que a

Ordem possuía em Aldeia Galega. Contudo como explicação para tal facto podemos aventar a hipótese de o mesmo ter tomado posse do moinho por doação régia em paga de serviços prestados à coroa.” (Baldrico,1998,11)

Sendo assim, o que sabemos é que este moinho integrava o Morgadio de Santo António e pertenceu a Francisco Novaes Casado e que, segundo Mário Balseiro Dias, foi arrendado, em 1646 a Pedro Alves. (Dias, 2001,111).

Após esta altura há um hiato, temos apenas indicação que em 1713 este moinho era pertença de Manuel Nuno Novaes e Faria e seu arrendatário o moleiro António Lopes Branco, possuindo cinco moendas a funcionar. Entre 1794 e 1797, pertencendo já a Francisco Salazar Moscoso Sequeira Novaes, apenas funcionavam três moendas em 1794, aumentando para quatro em 1797. Seu arrendatário era Alexandre José. (Baldrico,1998,11)

Através dos registos de propriedade do Moinho do Cais, verificamos que teve vários proprietários e arrendatários. Os seus últimos proprietários foram Francisco Braz da Cruz e Joaquim da Silva Sancho Barreira, que em 1985 o cederam ao Município de Montijo para restauro, dado que já se encontrava em ruínas.

O Moinho do Cais laborou até 1960, o moleiro dessa altura era João Tavares Areia. Devido à sua localização este moinho faz parte da memória colectiva da população de Montijo. Segundo fonte orais, principalmente de pescadores, houve uma altura que o moinho era utilizado pelas senhoras para trocarem de roupa e se banharem nas águas do Tejo; em Montijo, também se diz que o moleiro (João Areia) era muito mau, não deixava os miúdos atravessar o moinho para de puderem banhar ou simplesmente pescar. Esses miúdos são adultos hoje e são os maiores testemunhos vivos que temos sobre este moinho.

III.IV.II Restauro do Moinho do Cais

O Moinho do Cais é um moinho de maré de tipologia simples, “(...) *exclusivamente de maré, de roda horizontal aberta (rodízio) com ataque directo à mó (sem transmissão), funcional na vazante e abastecido por uma caldeira apenas com água salgada.*” (Miranda, 2006,21).

O moinho apresenta um edifício de arquitectura simples com planta rectangular e possui seis rodízios, segundo o relatório apresentado pelos arqueólogos, este moinho apresenta três fases de implantação, reconstrução ou acrescento.

Apresentava um grande estado de ruína, com apenas algumas estruturas, tentou-se respeitar a sua tipologia e funcionalidade.

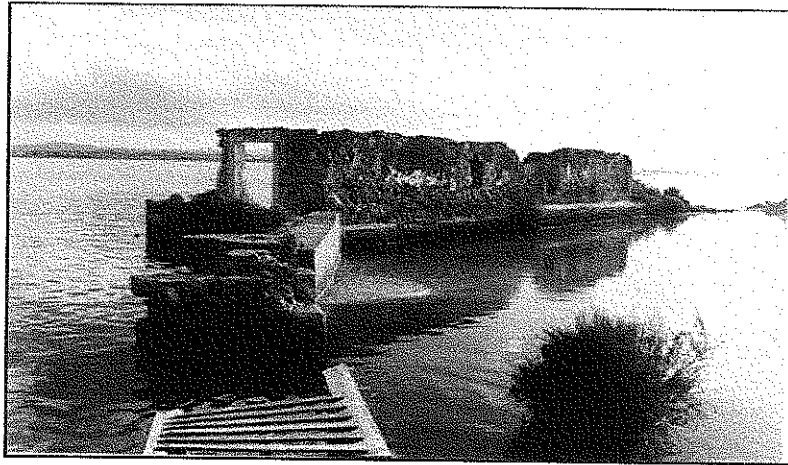


Figura LXII. Estado de ruína em que se encontrava (2004)

Foto: Carlos Rosa

Este projecto é uma obra emblemática do concelho de Montijo que, pressupôs uma recuperação estrutural dado que este se encontrava em estado de ruína, nada restando da cobertura e estando quase totalmente aluídas todas as paredes exteriores, com excepção da fachada do lado da caldeira e alguns silhares das restantes paredes. Devido à sua particularidade, grande parte da obra foi realizada na baixa-mar, pois nos restantes períodos parte da obra ficava submersa, tendo havido um Auto de Suspensão no Inverno.

Os materiais que foram encontrados, desde que em bom estado, foram aproveitados e recolocados nos seus locais originais, pois segundo Jorge Miranda “(...) *as fontes materiais validadas pela equipa de arqueologia (...) permitiram recuperar diversas mós, um urreiro, uma rela, uma pá de moleiro, uma picadeira e utensílios de uso doméstico quotidiano. O urreiro, mantido pelo rio em perfeito estado de conservação, foi reinstalado no moinho. Também as mós aproveitáveis foram recolocadas em funcionamento.*” (Miranda,2006,22)

Alguns dos materiais arqueológicos encontram-se expostos no interior do moinho.

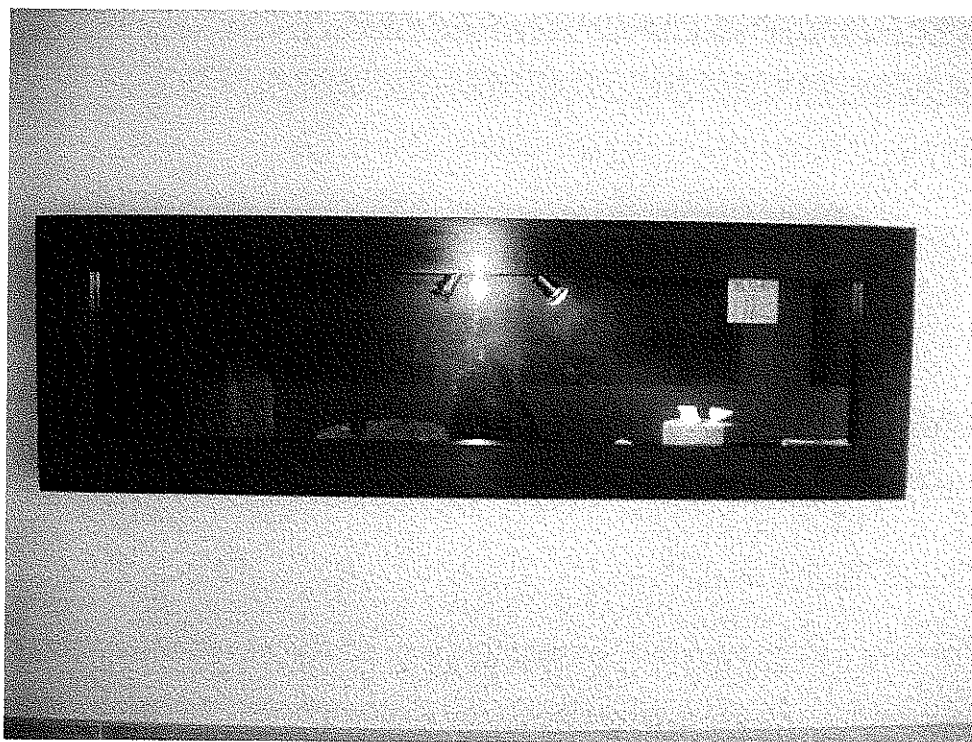


Figura LXIII. Vitrine onde se encontram os materiais arqueológicos

Foto: Micaela Casaca Sécio

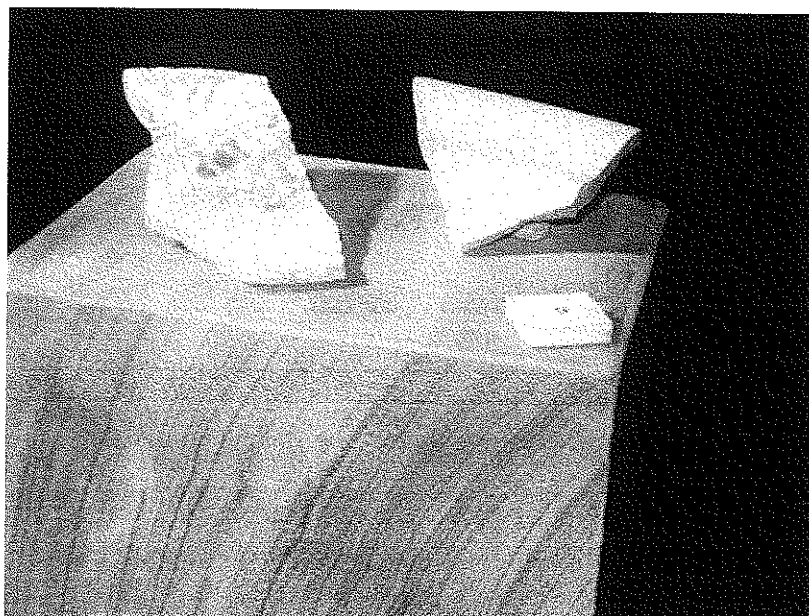


Figura LXIV. Pormenor de peças do quotidiano doméstico em exposição no moinho

Foto: Micaela Casaca Sécio

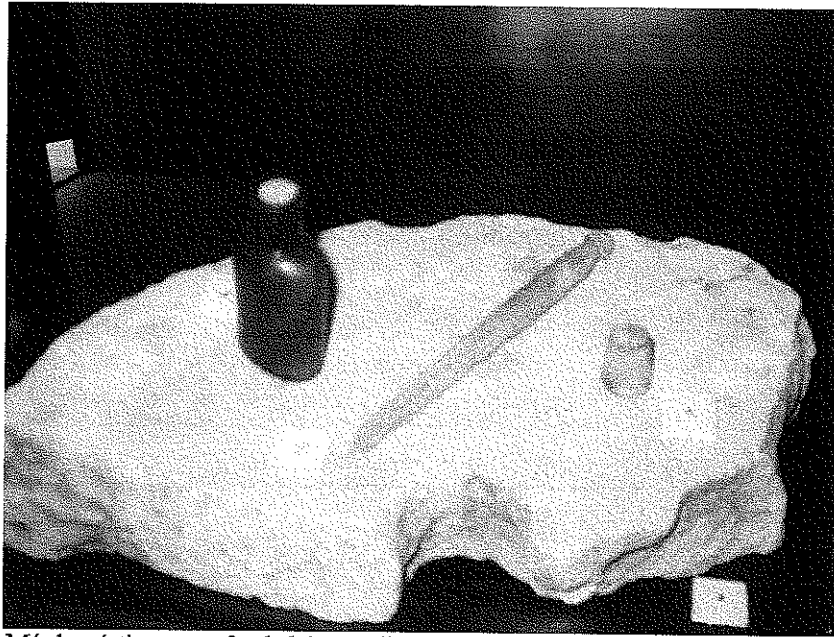


Figura LXV. Mó doméstica, garrafa, dedal e agulha, utensílios encontrados e expostos no moinho

Foto: Micaela Casaca Sécio

A parte que se manteve intacta foi a dos infernos¹³, que foi reaproveitada na reconstrução.



Figura LXVI. Estrutura original

Foto: Micaela Casaca Sécio

¹³ Também conhecido por poços, locais onde se encontram os rodízios



Figura LXVII. Pormenor dos infernos do moinho, onde se nota a parte original da parte recente (reconstrução)

Foto: Hugo Sécio

Após a sua recuperação, com o objectivo de valorizar o património cultural de Montijo, o Moinho do Cais abriu ao público, tendo oferecido várias possibilidades de visitas, onde teve como objectivos suscitar o interesse pelo património local, contribuir para o desenvolvimento social, cultural, cognitivo e afectivo do indivíduo, numa perspectiva de educação para a cidadania.

Educar para a cidadania, não é apenas transmitir o conhecimento dos direitos e deveres fundamentais de cada cidadão, mas, também, desenvolver sentimentos de pertença, de identidade a vários níveis que promovam aspirações e comportamentos sociais que favoreçam a coesão, a segurança, o desenvolvimento, a paz, a justiça e solidariedade. O museu, pelo seu carácter de educação não formal, é um espaço privilegiado para que o conhecimento crítico ocorra. No mundo actual globalizado, a instituição museal tem um papel importante na educação para a cidadania.

IV Museu Municipal de Montijo

O Museu Municipal de Montijo é tutelado pela Câmara Municipal de Montijo, integrado no Departamento Sócio-cultural, tem a designação de Museu e Património Cultural.

Desde 1994 que é parte integrante da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Montijo. O Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Montijo (Diário da República – II Série, nº 258 de 8 de Novembro de 1994), atribui-lhe as seguintes funções específicas:

- Inventariar e propor acções de recuperação, conservação e promoção do património cultural e histórico do concelho;
- Organizar e manter actualizado o cadastro dos monumentos do concelho para fins de conservação e informação;
- Estabelecer ligações com os organismos do Estado com competências nas áreas de defesa e conservação do património histórico-cultural;
- Promover e realizar acções que permitam aprofundar e divulgar, sob diversas normas, aspectos sócio-culturais e históricos do Município, nomeadamente através da animação do museu e incentivo à sua utilização;
- Identificar, registar, catalogar e classificar obras de arte, manuscritos e outros documentos de interesse histórico-cultural, facultando o acesso público aos bens culturais do Município, nas condições definidas pela Câmara, mediante sua proposta;
- Conservar as peças existentes no museu;
- Propor normas de organização e funcionamento do museu.

A data da sua fundação suscita algumas dúvidas, pois existem panfletos promocionais do Museu que datam de 1993 (anexo 1), contudo em termos documentais apenas nos aparece mencionado no regulamento supracitado, por isso podemos concluir que o processo de construção deste museu iniciou-se em 1993.

O Museu Municipal de Montijo foi instalado num edifício romântico – Casa Mora, construído em 1875, para residência da Família de Domingos Tavares, grande proprietário rural que foi Presidente da Câmara Municipal de Aldeia Galega durante 23 anos.

A sua filha, Maria Antónia Tavares, casou com Dr. Manuel Justiniano Mora, médico municipal. Este é o apelido pelo qual a família ficou conhecida – Mora. Sendo, também o

nome pelo qual a casa é conhecida - Casa Mora. Esta é um edifício de estilo francês da época do II Império, ostenta uma fachada revestida por painéis de cantaria e possui um belo trabalho de ferragens, quer ao nível das varandas, quer ao das grades das janelas do rés-do-chão. Possui um lanternim decorado com vidros coloridos uma platibanda extremamente equilibrada. Situa-se na zona histórica da cidade que, após ter sido adquirido pela Câmara Municipal de Montijo, foi adaptado a Biblioteca onde esteve até 1993, ano em que foi instalado o Museu Municipal.



Figura LXVIII. Fachada da Casa Mora – Sede do Museu Municipal de Montijo

Foto: Micaela Casaca Sécio

Actualmente, ainda se situa neste edifício, contudo se no ano de 1993 apenas havia esta unidade museológica em Montijo, hoje existem mais três unidades: Museu Agrícola da Atalaia, Moinho do Esteval e Moinho do Cais. O primitivo Museu Municipal estendeu-se pelo território, constituindo a Casa Mora como núcleo sede, onde se encontram os serviços técnicos e salas de exposição, onde têm sido promovidas exposições temáticas sobre a história local.

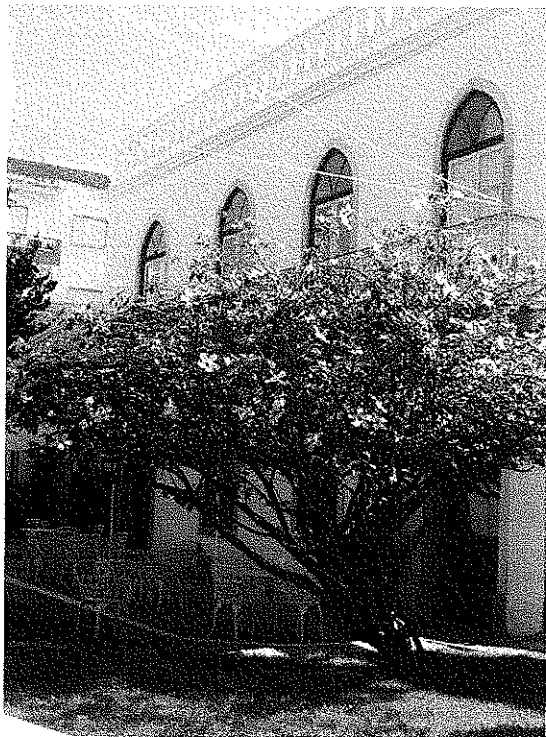


Figura LXIX. Pormenor das traseiras da Casa Mora

Foto: Micaela Casaca Sécio



Figura LXX. Pormenor do Jardim da Casa Mora

Foto: Micaela Casaca Sécio

O primeiro núcleo museológico a ser criado foi o Museu Agrícola da Atalaia. Em 1997 o Município de Montijo tornou-se proprietário da Quinta Nova da Atalaia, local onde, no mesmo ano, foi constituído o museu. Localiza-se no perímetro urbano da freguesia da Atalaia, situada a cerca de 4 km da sede de concelho – Montijo.

O conjunto edificado da Quinta da Atalaia apresenta, em termos formais e arquitectónicos, características eminentemente rurais. Não se conhece a data da sua fundação, mas deve remontar ao século XVIII, atendendo a alguns vestígios da construção primitiva. Contudo a data, mais antiga relacionada com a quinta é de 1874 (descrição predial). No século XX, existem registos de pertença à família Santos Fernandes, família que possuía muitos bens no território do concelho de Aldeia Galega (Montijo).

A temática abordada nesta unidade museológica é a agricultura, havendo o objectivo de mostrar a parte rural da história do concelho de Montijo, para que o passado agrícola e o saber fazer tradicional sejam preservados e divulgados. Assim, para cumprir o seu objectivo, o percurso museológico constitui-se através das suas próprias dependências: o Lagar de Azeite - de tipo tradicional e familiar, com toda a sua maquinaria a funcionar; o Lagar de Vinho - também de tipo tradicional e familiar, onde se pode observar as galgas, a destilaria e as prensas; a Adega; as Reservas Visitáveis - dedicadas à temática da agricultura; o Pomar e a Horta.

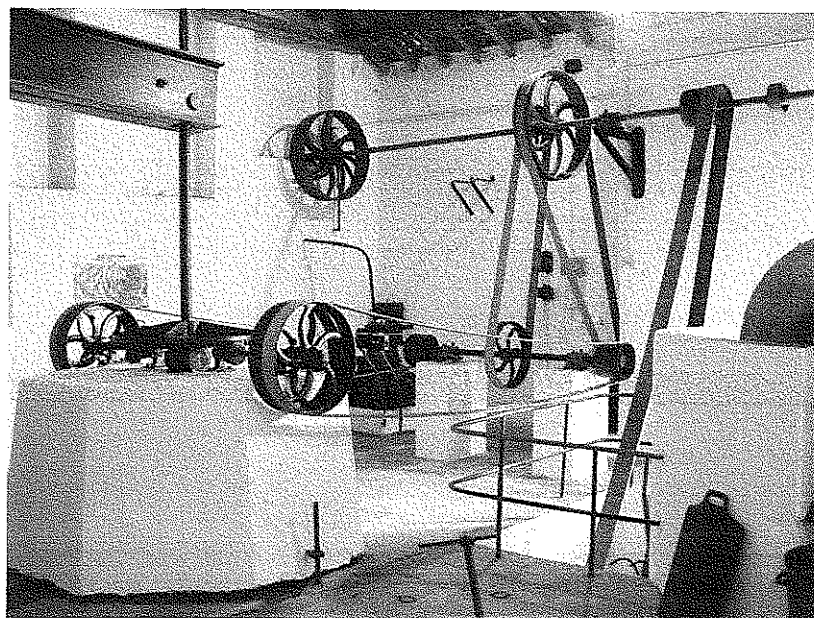


Figura LXXI. Pormenor do Lagar de Azeite

Foto: Leonor Silva



Figura LXXII. Pátio junto à porta do Lagar de Vinho

Foto: Leonor Silva

Neste momento esta unidade museológica encontra-se em obras de reabilitação, dado que apresentava um estado avançado de degradação. O seu novo projecto prevê, para além da recuperação dos espaços mencionados, onde se realiza o percurso expositivo, a inclusão de espaço para recepção/loja, espaço para exposições e auditório.

O segundo núcleo a ser constituído foi o Moinho do Esteval, este é um típico moinho de vento do Sul de Portugal com torre fixa e capelo rotativo, reconstruído em 2000 sob a responsabilidade da Secção Portuguesa da Sociedade Internacional de Molinologia, para a Câmara Municipal de Montijo, ao abrigo do Programa de Renovação Urbana.

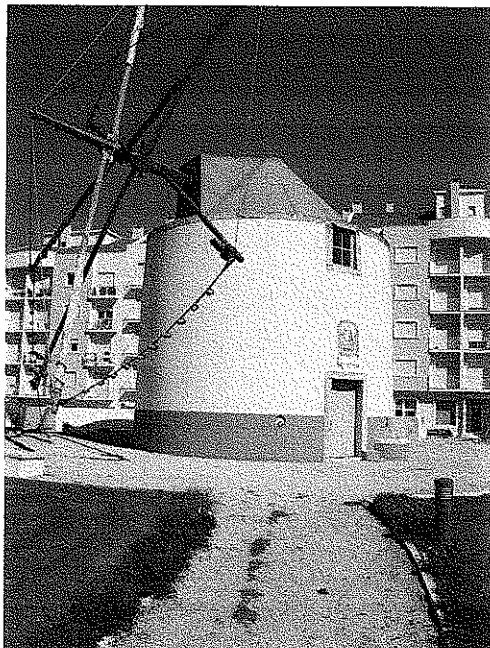


Figura LXXIII. Moinho do Esteval

Foto: Liliana Santos

O Moinho do Esteval localiza-se junto à Rotunda da Força Área, na freguesia de Montijo. Apresenta a data de 1826 gravada numa trave de madeira que foi descoberta a quando da reconstrução em 2000, como não existem registos escritos relativos à data da sua fundação, pensa-se que esta pode ser a data da sua edificação, contudo também poderá ser uma data de reconstrução. No exterior do edifício, no topo da porta encontra-se um painel de azulejo representando a N. S.^a da Atalaia, símbolo das tradições religiosas do concelho.



Figura LXXIV. Inscrição na trave

Foto: Liliana Santos



Figura LXXV. Pormenor da porta de entrada (exterior)

Foto: Liliana Santos

“O moinho é de uma sólida construção cilíndrica, ligeiramente cónica, com grossas paredes em pedra, é constituído por três pisos: rés - do - chão, piso intermédio e piso superior. No rés - do - chão junto à escada encontra-se um pequeno nicho designado de oratório que dá passagem para o exterior do edifício. No piso intermédio, o soto, situa-se o urreiro, que move verticalmente o apoio inferior do veio, através do fuso. No piso superior, o sobrado, encontram-se as mós assentes em vigas de madeira, colocadas na direcção duma linha passada. Possui três janelas”¹⁴



Figura LXXVI. Pormenor da moenda do Moinho do Esteval

Foto: Liliana Santos

¹⁴ Retirado de www.mun-montijo.pt entrada Museus - Moinho do Esteval

No exterior do edifício encontra-se o mastro com oito varas, quatro das velas e quatro das escotas que as esticam. Possui búzios que se localizam nas escotas e imitem som sempre que há vento.

Este moinho faz parte de um conjunto de oito moinhos de vento que laboravam no concelho. A sua recuperação é um exemplo da vontade da autarquia em preservar e valorizar o património cultural e devolver à população a memória do espaço.

Esta unidade museológica é um lugar pedagógico, que permite à população tomar consciência sobre a identidade local. Devido à sua excelente localização este moinho tem vindo a ser visitado por muitas pessoas, tem um carácter essencialmente didáctico, sendo uma imagem viva de um passado e tradição bem portugueses. Uma unidade museológica com uma exposição interpretativa e uma maquete interactiva.

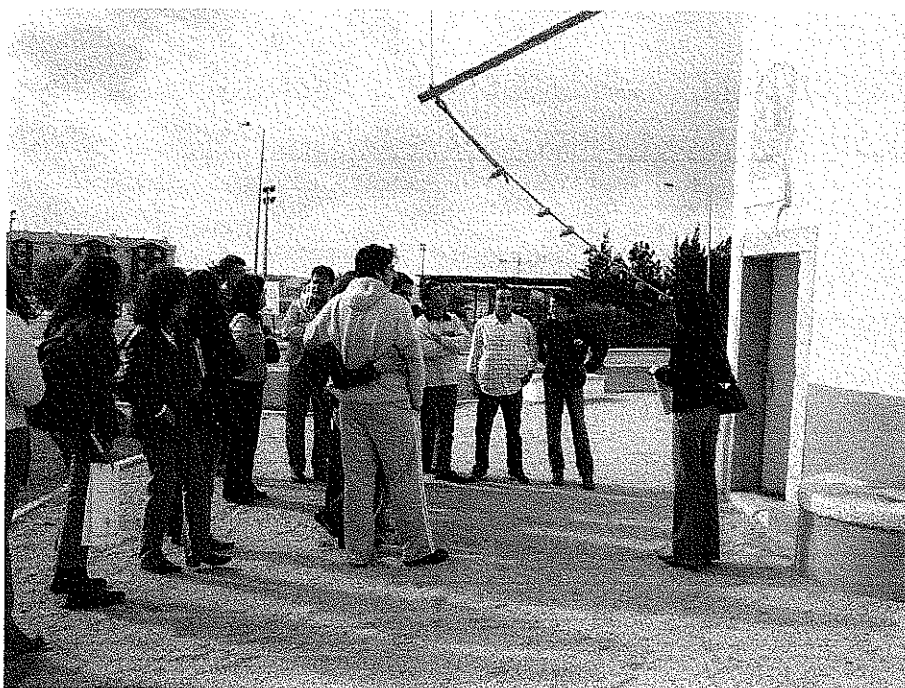


Figura LXXVII. Visita ao Moinho do Esteval

Foto: Líliliana Santos

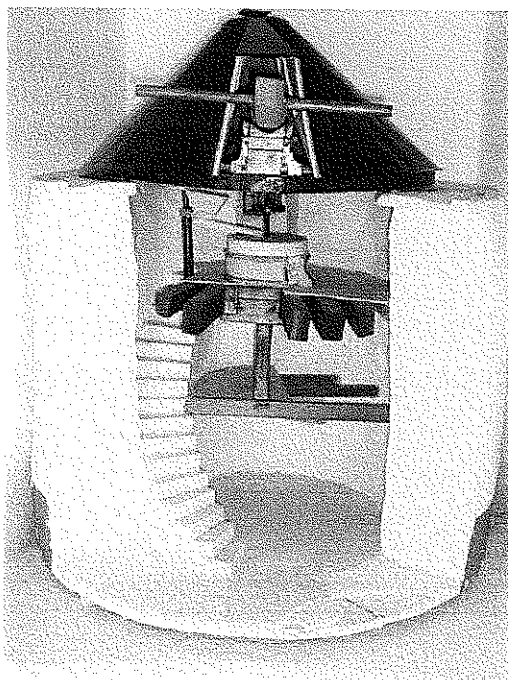


Figura LXXVIII. Maquete do Moinho do Esteval

Foto: Leonor Silva

O último núcleo a ser aberto foi o Moinho do Cais em 2005, este é o objecto do nosso estudo. Tal como já foi referenciado anteriormente, o objectivo da recuperação deste moinho é a reprodução do ambiente original de funcionamento e a sua compatibilização com os restantes núcleos museológicos do concelho.

Este moinho não possui um projecto museológico definido, mas tem tido alguns projectos pilotos onde se tenta afirmar como um espaço de cidadania e de participação das várias comunidades que coexistem, para que se construa a memória colectiva. Tenta ser um elo de ligação entre gerações, onde a aprendizagem dos mais novos passa pela experiência dos mais velhos, havendo lugar a partilha.

A seguir, encontram-se algumas fotos que ilustram alguns dos projectos mencionados.

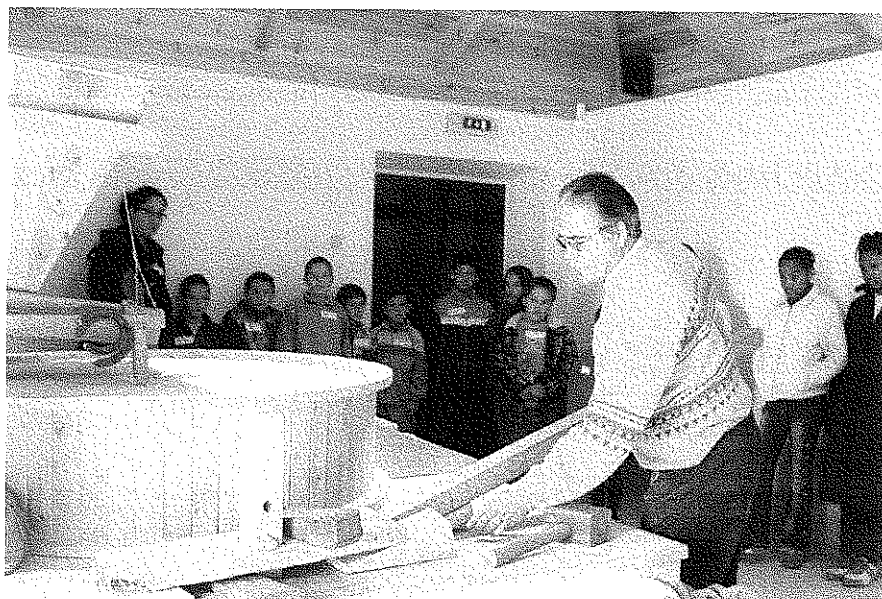


Figura LXXIX. Partilha entre gerações

Foto: Miguel Gervásio

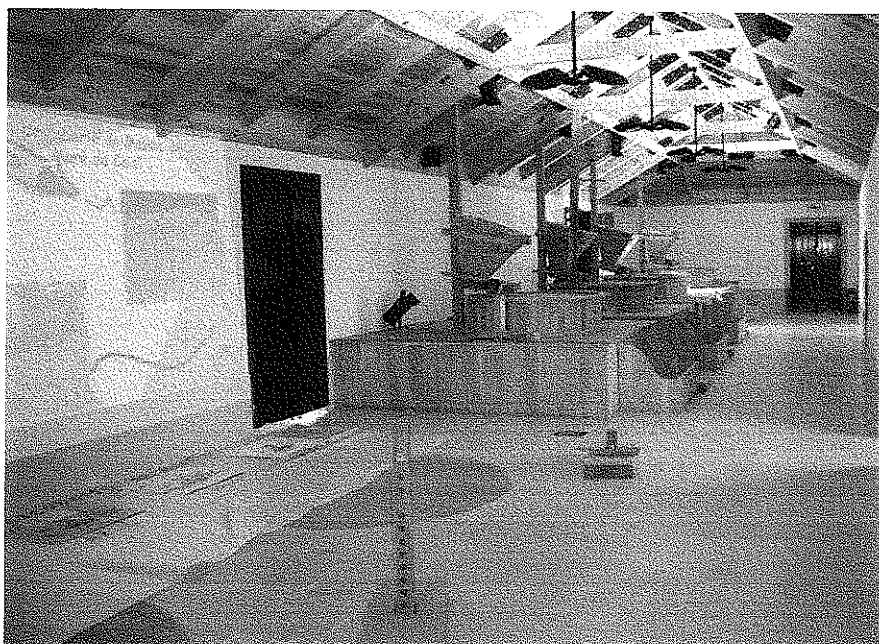


Figura LXXX. Perspectiva do moinho antes de uma visita escolar

Foto: Leonor Silva



Figura LXXXI. Participação das crianças – peneirar farinha

Foto: Miguel Gervásio

O Museu Municipal de Montijo constituiu o Serviço Educativo desde 2001, onde para além de serem efectuadas visitas guiadas aos espaços referidos são também realizadas visitas ao Património edificado concelhio.

Desde de 2005 que o Museu Municipal de Montijo se encontra em fase de reformulação. Encontra-se a ser elaborado o Plano Museológico Concelhio por uma equipa externa à autarquia. Prevê-se que o conceito do museu seja alterado após a apresentação pública deste plano.

IV.I Intervenção Museológica no Moinho do Cais

A recuperação do Moinho do Cais integra-se numa perspectiva de salvaguarda, contudo deve-se ter em conta que esta salvaguarda do património só interessa se existir uma aposta num critério de reutilização. Pois, qualquer preservação deve ser um acto do presente e não do passado, para, assim, conseguir ser rentabilizada a favor da comunidade a que pertence. A perspectiva que se defende nesta proposta de intervenção museológica não é a devolução da sua função inicial, ou seja transformar o cereal em farinha com fins económicos, mas sim atribuir-lhe outras funções, nomeadamente de estudo, aprendizagem e troca de experiências.



Figura LXXXII. Troca de Experiências

Foto: Miguel Gervásio

A intenção deste projecto é efectuar uma musealização *in situ* integrando um projecto museológico inclusivo, ao serviço da comunidade, através do qual cumpra a sua função social. A sua integração na sociedade montijense actual, deve actuar numa lógica de conhecimento e divulgação cultural, para uma sociedade em constante mudança.

Dado o surgimento de um número cada vez maior de novos habitantes, a sociedade montijense está cada vez mais cosmopolita, havendo muitos habitantes que desconhecem os indicadores de memória do lugar onde moram.

Esta unidade museal, dado as suas características, pode vir a ser um elo de ligação, não só entre gerações, tal como de indivíduos que conhecem o moinho e os que desconhecem esse património.

O conceito gerador¹⁵ desta musealização será o seguinte: esta unidade museológica privilegiará a interação e a partilha de conhecimentos, tendo em conta o aproveitamento de recursos naturais, apostar-se-á numa divulgação dos indicadores de memória relativos aos processos sócio-económicos e culturais.

Este moinho insere-se numa localidade com uma forte componente industrial. Montijo começou a evoluir a nível industrial a partir dos finais do século XIX princípios do século XX, para além do moinho ser de data anterior, está incluído nos equipamentos pré-industriais, pois é uma indústria primitiva de carácter artesanal que pode ser descrita como indústria manufactureira, que aproveitava novas fontes de energia renováveis, o que pode ser um ponto de partida para uma exploração a nível industrial.

A musealização do Moinho do Cais e a sua integração no Museu Municipal de Montijo, conduzir-nos-á para algo muito mais abrangente. Através desta unidade museológica o museu poder-se-á afirmar no contexto museal através do pré-industrial e industrial, pois haverá a hipótese de explorar e estudar os restantes moinhos de maré, os moinhos de ventos (existe o Moinho do Esteval que também foi alvo de preservação e pertence ao Museu Municipal de Montijo) e as fábricas existentes no concelho.

Através desta unidade a acção do próprio museu seria ampliada, este moinho, não perdendo a sua importância para a comunidade, tornar-se-ia um elo fundamental para o estudo e a divulgação do património pré-industrial e industrial de Montijo. Assim, tornar-se-ia um pólo museológico muito abrangente onde a população de Montijo se poderia encontrar com a sua identidade.

IV.II Actividades desenvolvidas

O Moinho do Cais foi aberto ao público no dia 29 de Junho de 2005. Em Fevereiro de 2004, uma equipa de arqueólogos, liderada por Adolfo Silveira Martins, do Centro de Estudos do Mar da Universidade Autónoma de Lisboa, a convite da Câmara Municipal de

¹⁵ Defendido por Cristina Bruno citado por Leonor Carvalho - *A Central Eléctrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Um Testemunho ímpar da Industrialização e Urbanização da Vila e da Região*: UHLT, 2002 Lisboa,

Montijo no âmbito do protocolo estabelecido com o Museu Nacional de Arqueologia, inicia os seus trabalhos de acompanhamento das obras de recuperação do Moinho do Cais. Segundo o próprio Adolfo Silveira Martins “(...) *conjugando a confluência da informação adquirida a partir de vestígios materiais, memória recente e fontes documentais, preservadas sobretudo no Arquivo Municipal, desenharam o complexo percurso de investigação, cujo objectivo foi a reconstituição da história do moinho e das suas gentes.*” (Martins,2006,79)

Sendo assim, foi elaborada uma brochura, que foi lançada no dia da abertura ao público. Esta brochura (anexo 2) é informativa e divide-se em três grandes áreas de estudo: Memória, Reconstrução e Energia/Tecnologia. Há uma explicação sucinta sobre a história do moinho, sobre o seu processo de degradação e posterior recuperação, sobre o seu funcionamento e como é utilizada a energia das marés para esse funcionamento.

A mesma equipa elaborou três painéis expositivos, que estão colocados no interior do moinho e foi colocada uma vitrine com alguns vestígios arqueológicos recuperados a quando da sua reconstrução, estes e o seu equipamento de moagem constituem a exposição permanente do moinho.

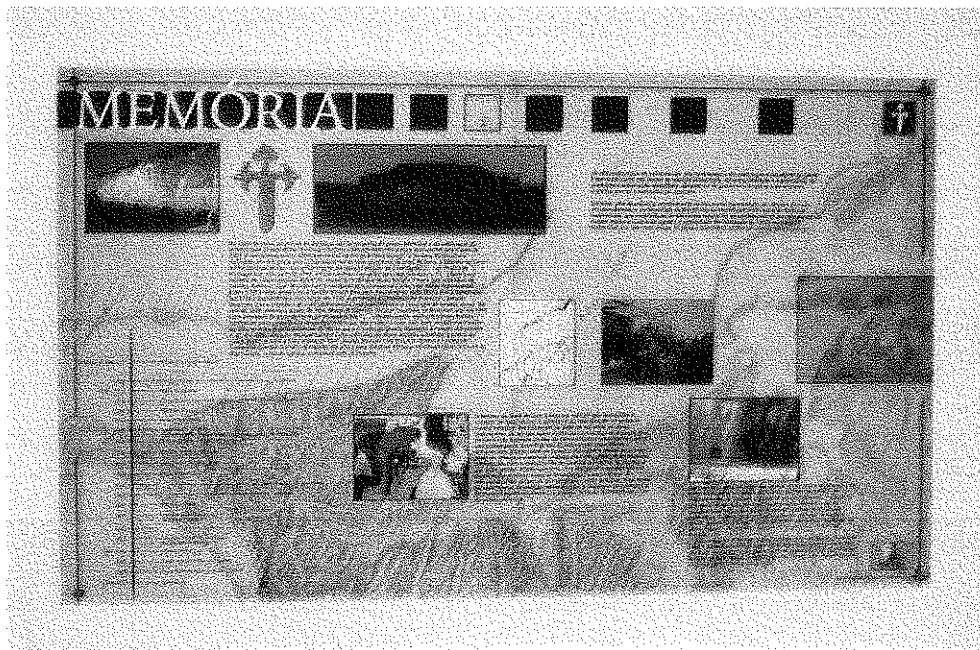


Figura LXXXIII. 1º Painel da Exposição Permanente

Foto: Micaela Casaca Sécio

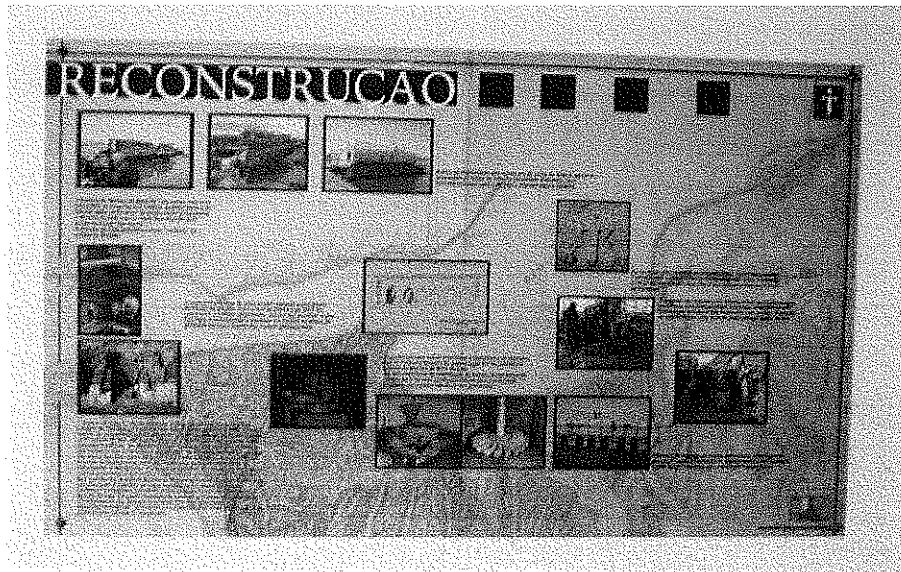


Figura LXXXIV. 2º Painel da Exposição Permanente

Foto: Micaela Casaca Sécio

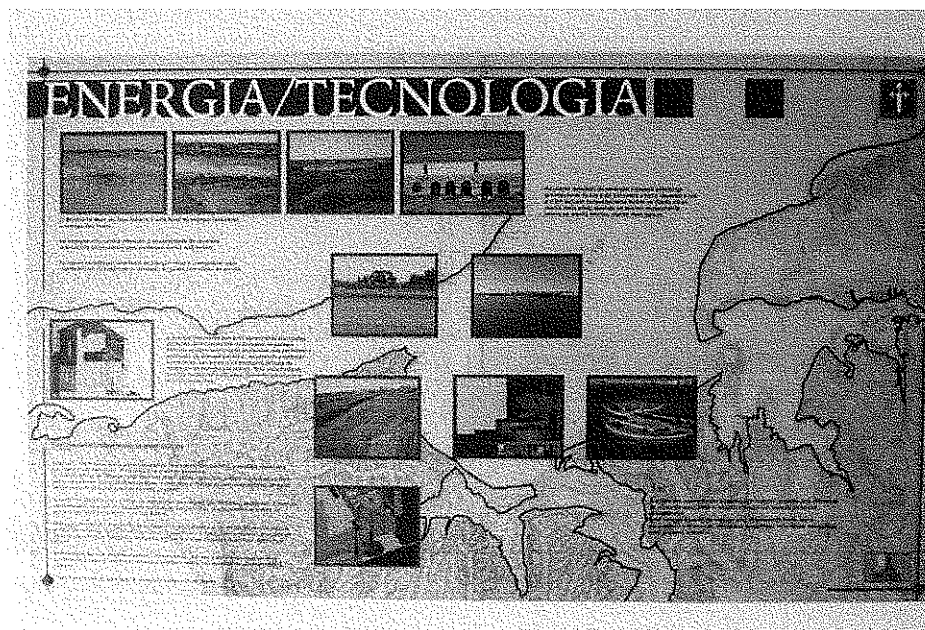


Figura LXXXV. 3º Painel da Exposição Permanente

Foto: Micaela Casaca Sécio

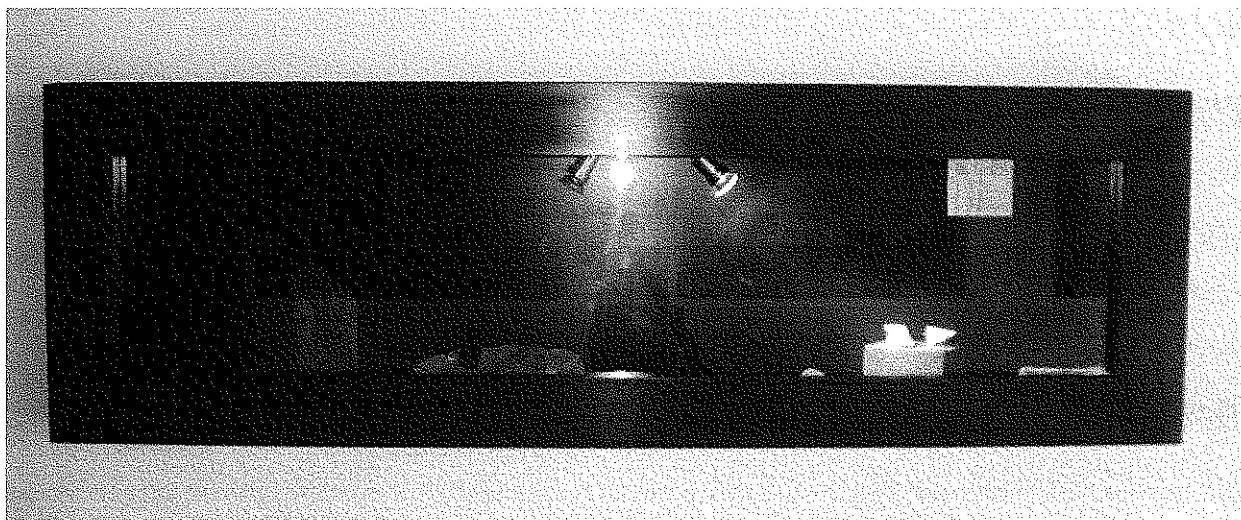


Figura LXXXVI. Vitrine com alguns vestígios arqueológicos (Exposição Permanente)

Foto: Micaela Casaca Sécio

Uma das moendas deste moinho encontra-se a funcionar, com os mecanismos recuperados e reconstituídos, tentou-se que ficasse fiel aos originais. Este trabalho esteve a cargo de uma equipa de molinologia liderada por Jorge Miranda da Rede Portuguesa de Moinhos, entidade que a Câmara Municipal de Montijo recentemente aderiu.

Em consequência destes estudos, foi editada uma publicação intitulada *Moinho de Maré do Cais das Faluas – O Renascer de uma Memória*, pela Câmara Municipal de Montijo e as Edições Colibri, integrada na Coleção Estudos Locais, em 2006.

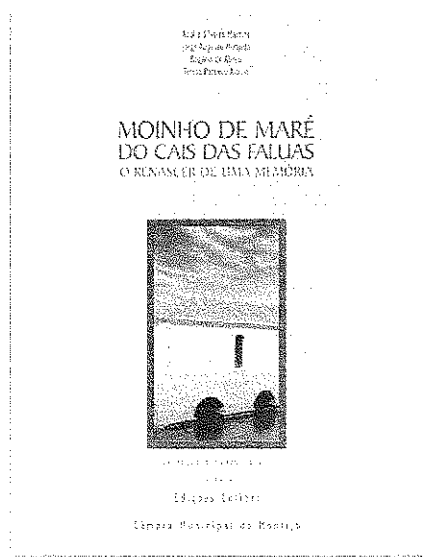


Figura LXXXVII. Capa do livro Moinho de Maré do Cais das Faluas – O Renascer de um Memória

Após a sua abertura, este património cultural passou a ser da responsabilidade do Museu Municipal de Montijo, a sua equipa, da qual a autora deste projecto faz parte, iniciou actividades relacionadas com a comunicação e a divulgação do Moinho do Cais.

Por constituir uma novidade, a solicitação de visitas a este património começaram a surgir, assim foi elaborada uma estratégia pedagógica que teve como objectivos suscitar o interesse pelo património local, contribuir para o desenvolvimento social, cultural, cognitivo e afectivo do indivíduo, numa perspectiva de educação para a cidadania.

Através destas acções o moinho apresentou uma componente muito pedagógica, onde os visitantes se encontravam envolvidos numa atmosfera mágica, onde era feita uma abordagem que respeitava a sua tipologia, funcionalidade e memória, com uma apresentação em data-show de slides, onde o visitante, através de imagens, era desafiado a aprender mais sobre este moinho. A expectativa de qualquer utilizador era de ver o mecanismo a funcionar e aprender toda a sua funcionalidade, daí que todas as visitas de grupo fossem marcadas mediante as marés, para que se pudesse assistir a esse funcionamento. O público juvenil aplicava os conhecimentos adquiridos através de fichas didácticas (anexo 3), elaboradas de acordo com cada faixa etária, e jogos pedagógicos, também estes adequados à idade das crianças. Elaborou-se uma melodia sobre o Moinho do Cais, que era uma das componentes da visita.

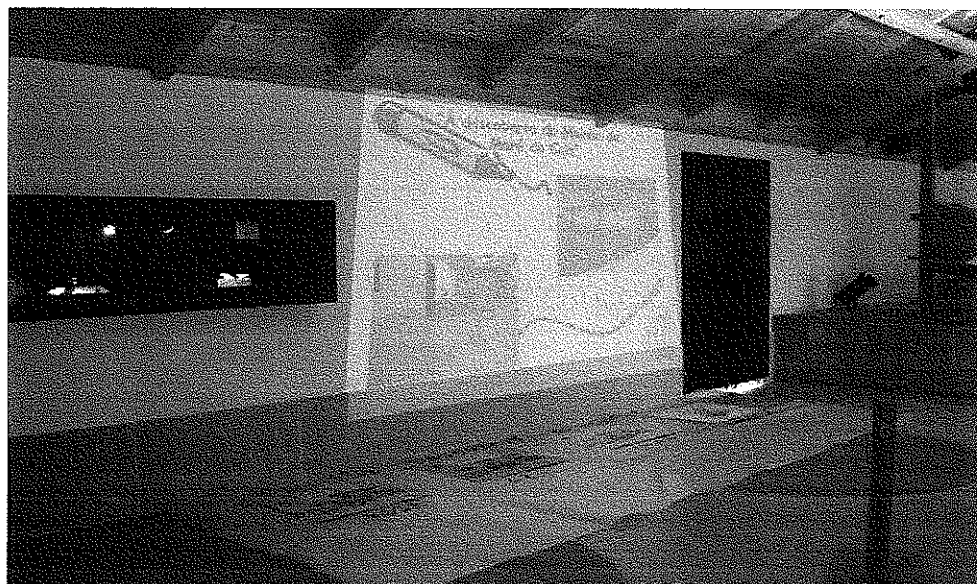


Figura LXXXVIII. Panorâmica do Moinho do Cais – Visita de crianças

Foto: Leonor Silva

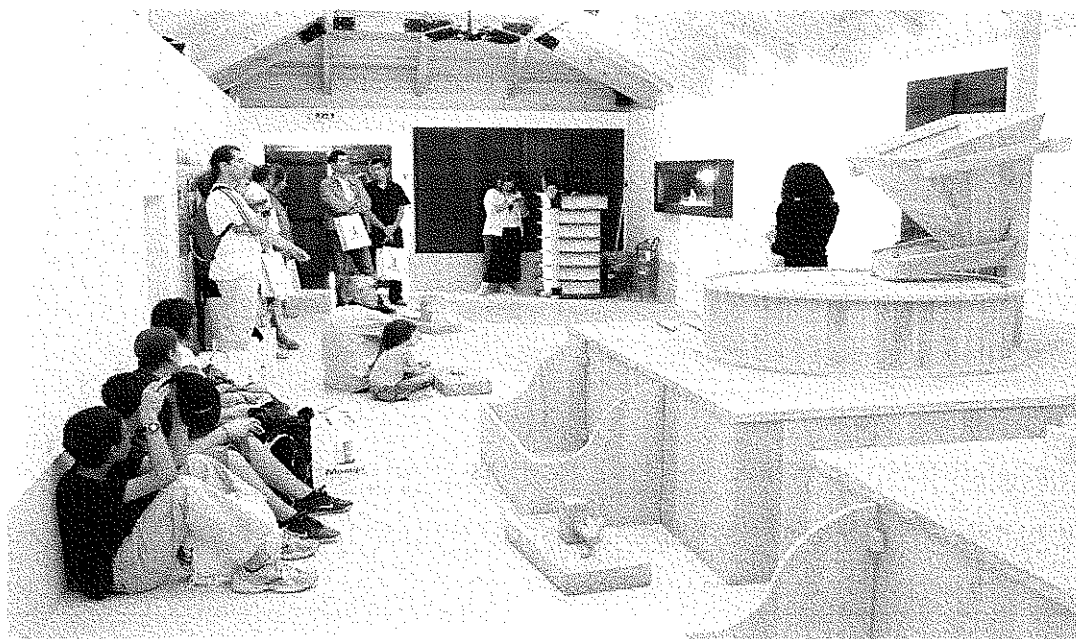


Figura LXXXIX. Visita de programas com Famílias

Foto: Carlos Rosa

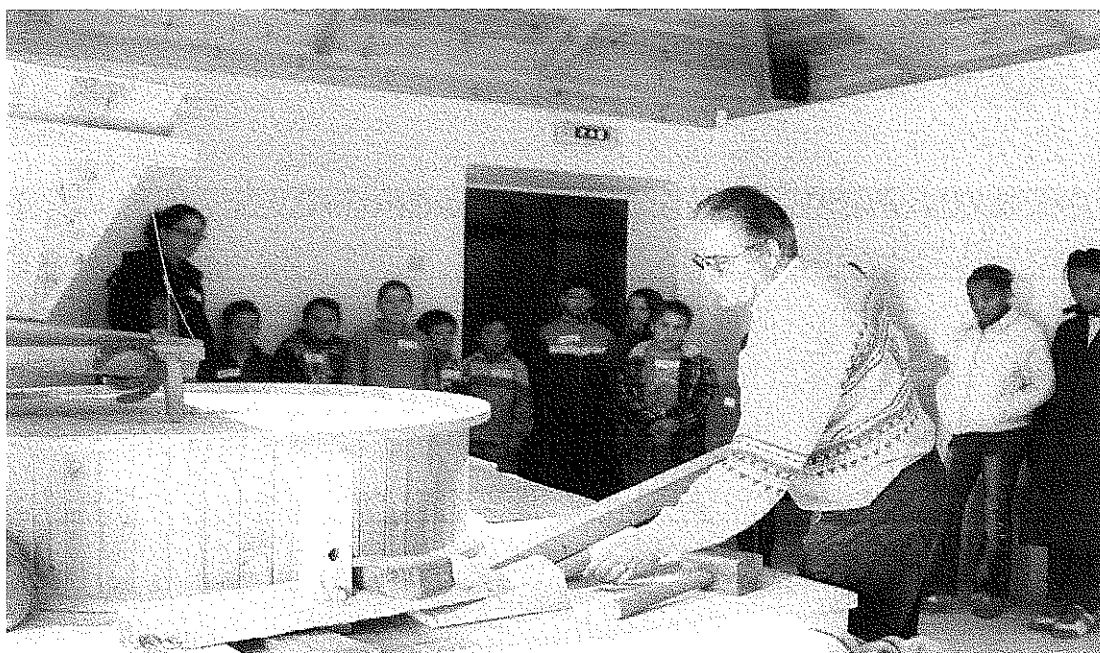


Figura XC. Colocação do mecanismo (moenda) a trabalhar – uma das componentes de qualquer visita.

Foto: Miguel Gervásio



Figura XCI. Aplicação das fichas didácticas

Foto: Miguel Gervásio

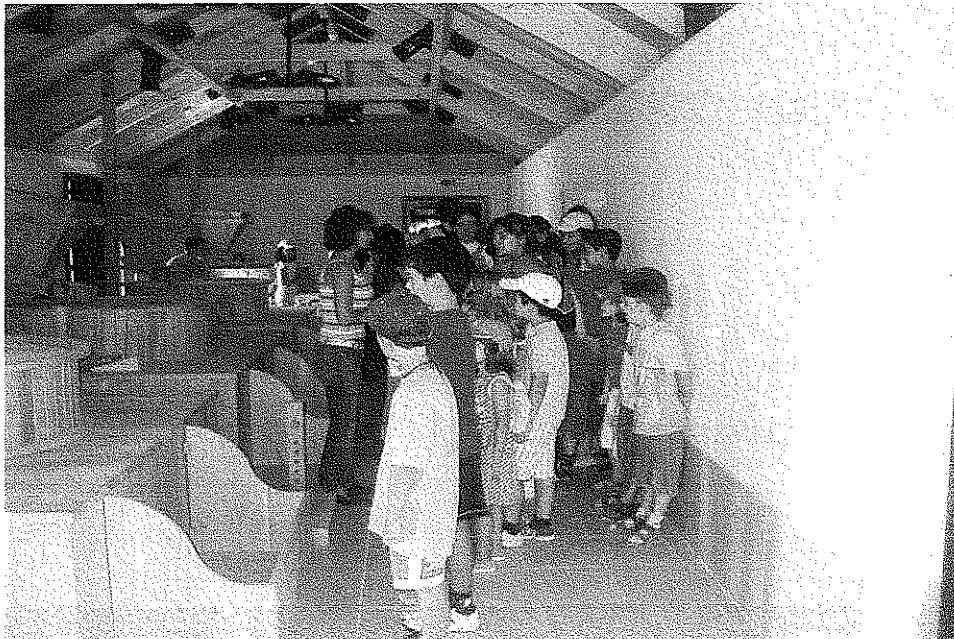


Figura XCII. Exemplo de um jogo pedagógico

Foto: Leonor Silva

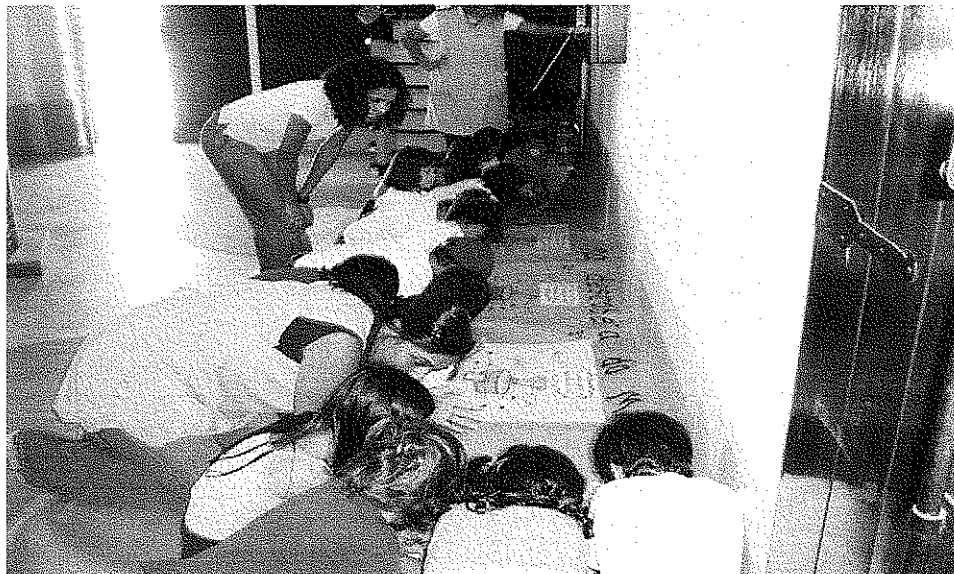


Figura XCIII. Exemplo de um jogo didáctico

Foto: Liliana Santos

Privilegiou-se a comunicação, pois esta é uma via para a pedagogia museológica, tendo como objecto de estudo o bem patrimonial, com as referências culturais e os seus indicadores de memória. Tentou-se perceber a forma como a sociedade se relaciona com os seus bens patrimoniais, cada pessoa olha para este moinho de forma diferente, conforme as suas experiências.

Para além destas visitas organizadas para grupos, privilegiando-se as escolas, houve também a abertura, em dias específicos, deste património, para que toda a população pudesse visitá-lo, sempre que possível (consoante as marés) o equipamento era colocado a funcionar.

A divulgação destas visitas foi efectuada através dos vários meios que a Câmara Municipal de Montijo dispõe, tais como: página da Internet (www.mun-montijo.pt), agenda cultural, revista municipal (anexo 4) que na edição de Abril de 2006, nas suas páginas 26 e 27 se pode saber quais as ofertas que o Museu Municipal de Montijo tinha para a comunidade. Para além disso, a autora escreveu um texto sobre o Moinho do Cais no jornal “Escrever & Mostrar” (anexo 5), um jornal que a Câmara Municipal de Montijo edita para a Comunidade Educativa do Concelho de Montijo, este saiu no nº 15 de 2005, na página 14.

Durante esta altura foi também editada uma colecção de oito (8) postais do Moinho do Cais (anexo 6), cujo texto de apresentação e legendagem foram da responsabilidade da autora.

Contudo, o nosso trabalho durante o período de abertura até Junho de 2006 (data que fechou, devido à intervenção de reabilitação da zona envolvente, estando a abertura desta

zona programada para o final de Novembro de 2007), não se limitou a efectuar visitas guiadas ao moinho, tentámos investigar e saber mais acerca do mesmo.

Assim, contactámos com informantes que nos deram muitas informações de como o moinho funcionava, uma das pessoas que mais colaborou foi António Aranha, mas também Germano Chocalho que nos colocou em contacto com o pai, Mariano Zacarias Chocalho, cujo avô foi moleiro deste moinho, na década de 20, e que nos disse como se dispunha o espaço nessa altura.

Figura XCIV. Manuel Augusto Zacarias - Moleiro
do Moinho da Cais anos 20/30

Fonte: Família de Manuel Augusto Zacarias



O trabalho efectuado foi bastante positivo, os visitantes aprenderam e gostaram muito de todas as actividades, devido a termos iniciado tarde as actividades pedagógicas não abrangemos tantas pessoas com pretendíamos, principalmente a população estudantil.

As actividades efectuadas foram reconhecidas por entidades externas, houve contactos do Ecomuseu do Seixal para uma interacção de conhecimentos e o convite a duas pessoas do Museu Municipal de Montijo, uma delas a autora, para participarem no III Seminário de Paleontologia e Arqueologia do Estuário do Tejo, em Novembro de 2006, organizado pelo Centro Português de Geo-História e Pré-História (instituição cuja Câmara Municipal de Montijo teve um protocolo de cooperação na realização da *Carta Arqueológica do Concelho*). Neste seminário, a apresentação da autora intitulou-se “Museu Municipal de Montijo – Preservação e Divulgação do Património Cultural” e baseou-se no trabalho desenvolvido no Moinho de Cais e no Moinho do Esteval (moinho de vento).

Todas estas informações e actividades serviram para enriquecer o presente trabalho, dado que a sua autora foi uma das principais responsáveis pelo trabalho desenvolvido pela equipa do museu nessa altura.

IV.III Sugestões Programáticas

A recuperação deste moinho de maré está dentro do Plano Estruturante da Zona da Cidade do Montijo, onde na sua Ficha de Projecto 4.6, se refere a sua recuperação e reutilização, tendo por objectivos *“Recuperar o moinho de maré e todo o sistema de retenção e de circulação de água que lhe está associado, assim como estabilizar os muros de protecção e recuperar os percursos de acesso ao moinho. Visa-se promover a sua reutilização como equipamento cultural, realçando a rica herança cultural de Montijo associada às actividades ribeirinhas, e paralelamente constituir um pólo de interpretação ambiental da zona e oferecer apoio a percursos de peões na zona natural”* (DCEA/FCT/UNL,2000,53)

Para que estes objectivos, que se encontram descritos num projecto oficial da Câmara Municipal de Montijo, sejam todos cumpridos tem que se elaborar um programa museológico eficaz, que interligue a parte cultural com a parte ambiental e que promova o local como catalisador de estudos e investigações na área do Pré-industrial e Industrial.

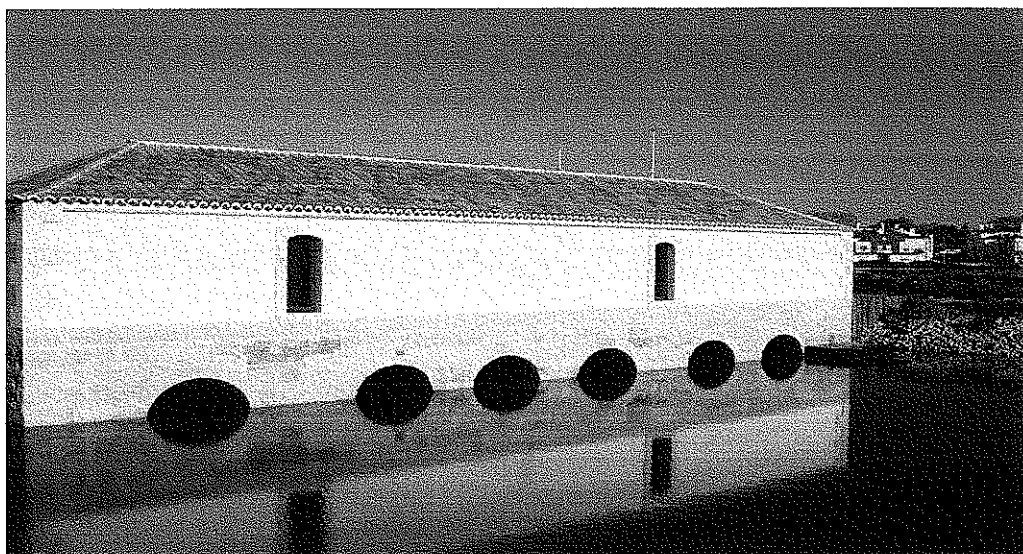


Figura XCV. Moinho do Cais – Património recuperado

Foto: Micaela Casaca Sécio

Muitos autores, incluindo Hugues de Varine, defendem que não existem modelos pré definidos de museu, assim cada museu ou unidade museológica tem que ser definida e organizada conforme a sua especificidade, tal como nos evidencia Leonor Carvalho (citando Cameron, 1992) “(...) *cada museu tem de ser olhado no seu contexto e não como uma variante local de um modelo universal. Isto porque cada Unidade Museológica tem sentido como reflexo e utensílio de uma comunidade específica, logo é, necessariamente uma entidade única e irrepitível*” (Carvalho,2002,180)

A presente proposta baseia-se na ideia de a unidade museológica Moinho do Cais ser uma entidade única e irrepitível, que consegue congrega diversas variáveis, cujo seu programa seja um processo dinâmico, perspectivando iniciativas devidamente planeadas e tipificadas para que se consiga atingir a sua missão.

IV.III.I Programa Museológico

No contexto actual, onde existe um bem patrimonial perfeitamente recuperado e reconstruído, deve-se efectuar a elaboração de um projecto museológico próprio. Em primeiro lugar deve-se definir com clareza o que se pretende fazer, o objecto ou campo do trabalho. Embora possa existir reformulações da programação, através dos resultados da pesquisa. Por isso a programação deve ser flexível. Durante o período de investigação e de desenvolvimento do projecto museológico, a programação deverá ser revista periodicamente.

Segundo António Nabais as “(...) *Principais etapas para a realização de um projecto museográfico: do conceito à instituição museológica. Existe um caminho a percorrer que se pode sintetizar da seguinte forma:*

- *decisão das autoridades públicas ou/e privadas em criar uma instituição museológica: o conceito e objectivos;*
- *selecção do local ou do edifício;*
- *designação do museólogo e da equipa multidisciplinar de especialistas para definir a programação;*
- *definição da natureza das colecções e elaboração dos vários tipos de programas: programa museológico, programa arquitectónico (preliminar), programa expositivo (preliminar); programa dos equipamentos; programa da organização - gestão (operação), programa da difusão e programa educativo;*

- *elaboração do programa de consulta;*
- *elaboração dos termos de referência (...)*” (Nabais,2007,para. 9)

As actividades que foram efectuadas pela equipa do Museu Municipal de Montijo durante o ano de 2006, foram embrionárias, podemos considerá-las como um projecto-piloto em termos de comunicação e divulgação. As actividades futuras devem ser planeadas previamente e corresponder a uma programação museológica com fundamento científico.

IV.III.I.I Projecto de Investigação e Estudo

A programação museológica que defendemos é um planeamento forte com base na investigação e estudo do próprio moinho, mas também de outros moinhos (quer de maré quer de vento), levando a um estudo do próprio património industrial, não esquecendo, contudo, os impactos ambientais.

A utilização das energias renováveis, que tanto têm estado em discussão desde o Protocolo de Quioto, são uma aposta do actual Governo Português, o que levou o Primeiro Ministro Português a defender Portugal como um *País de Energias Renováveis*, assim esta unidade museológica pode ser integrada nesta preocupação, conseguindo aliar o passado com o presente para que se consiga construir o futuro.

Contudo a investigação em torno desta unidade não se esgota nas suas características ambientais, temos também a componente humana aliada a todo o processo de pré-industrialização e industrialização, o homem aparece-nos como agente técnico e social. Através deste conseguimos fazer pontes para diversas comunidades que se desenvolveram em redor do espaço, tal como a comunidade piscatória.

A exploração do espaço envolvente, nomeadamente do cais que lhe está associado, o Cais das Faluas, será outra componente a ser explorada, pois através deste, por ter sido um dos cais de cargas e descargas mais importantes de Montijo, pode-se partir para o estudo das indústrias corticeiras e de chacinaria, muito importantes no desenvolvimento económico e social no século XX.

Em resumo, a investigação seguirá os seguintes pontos:

- Aprofundamento de questões do Moinho do Cais (recolha de depoimentos orais);
- Estudo dos outros moinhos de maré do concelho de Montijo;

- Estudo do património pré-industrial (moinhos de vento, azenhas, moinhos de água, fornos de cal);
- Estudo do património industrial através da exploração do Cais das Faluas;
- Estudo das energias renováveis e de impactos ambientais;
- Investigação relativa às comunidades que gravitam em seu redor, uma das quais a comunidade piscatória.

A investigação e estudo é a base de uma boa programação, pois podem ser considerados como funções essenciais de qualquer unidade museológica, através destes podemos definir e actualizar os eixos fundamentais da cadeia operatória da Museologia: SALVAGUARDA e COMUNICAÇÃO. Assim, teremos uma unidade museológica que actua como um laboratório, produtor de conhecimento através de objectos. (Riviére,1993:238)

IV.III.I.II Projecto de Salvaguarda

A - O Acervo

Tendo como base a ideia da investigação em torno dos objectos, o acervo desta unidade museológica pode ser definido através das seguintes categorias patrimoniais:

1) Espaço (lugar de memórias)

- a. Edifício do moinho;
- b. Envolvente ambiental;

2) Equipamento

- a. In situ;
- b. Vestígios arqueológicos encontrados na recuperação;

3) Documentação

- a. Localizada no Arquivo Municipal;
- b. Localizada com particulares;
- c. Localizada noutros fundos documentais;

4) Depoimentos Orais

Alguns destes objectos que constituem o acervo, nomeadamente os vestígios arqueológicos encontrados na recuperação do moinho, já foram alvo de inventariação e estão incluídos no acervo geral do Museu Municipal de Montijo.

Estes objectos constituem uma fonte de investigação de uma unidade museológica que se preocupa, não apenas com os objectos tridimensionais, mas também com documentos e testemunhos orais. Neste sentido temos uma preocupação de preservação do moinho suportada na informação, através da comunicação dos seus públicos. Contribuindo, assim, para a preservação de bens patrimoniais muito importantes para a perpetuação da memória.

IV.III.I.III Projecto de Comunicação

A - Exposições

Integrado no programa museológico existe o projecto expositivo que, deverá conter exposições a realizar sobre o bem patrimonial em causa, este projecto deve ser actualizado e estar em constante apreciação.

A exposição é a forma mais comum de comunicação de um museu e/ou unidade museológica com o seu público. Para além da exposição permanente que o moinho possui, várias outras poderão ser promovidas, pois pode-se combater a monotonia que é possuir apenas uma exposição permanente, com outras temporárias.

Para desenvolver as exposições temporárias pode-se potenciar parcerias com instituições concelhias e assim, constituir um processo de envolvimento da comunidade. Decorrente da investigação e estudo, que se desenvolverá em torno deste indicador de memória, podem ser encontrados vários temas para realizar as referidas exposições.

Estas deverão não apenas se concentrar no passado, mas as suas mensagens deverão orientar-se para o presente, conseguindo captar uma maior atenção por parte dos seus visitantes.

Para elaborar qualquer exposição é necessário ter um projecto expositivo, por isso temos que conhecer bem os bens materiais e os conteúdos que queremos retratar nessa exposição. Segundo António Nabais e José Carvalho estas são as fases para a elaboração do referido projecto: *“escolha do tema; / orçamento (estimativa); / constituição da equipa de*

trabalho; / selecção dos objectos; / investigação; / restauro, quando objectos não se encontram em bom estado; / análise e síntese dos resultados da investigação; / elaboração do programa científico; / definição do percurso; / o projecto, que deve corresponder, ponto por ponto, ao conteúdo científico do programa; / construção do espaço adequado à organização ideológica da mensagem a transmitir; / preparação e edição do catálogo; / montagem da exposição; / divulgação; / inauguração; / avaliação.”(Nabais e Carvalho,1993,141). Por tudo isto verificamos que a concepção de uma exposição é um acto de criação.

Devido a não haver muito espaço no interior do moinho, estas exposições podem ser apresentadas noutros locais, assim sairão dos cânones tradicionais. A unidade museológica Moinho do Cais abrir-se-á ao exterior, podendo captar público em locais diferentes, promovendo a sua posterior visita.

Outro factor que potencia esta captação de público é a elaboração de exposições itinerantes que circulem por diversas instituições, não apenas do concelho, mas também por concelhos vizinhos que possuam moinhos de maré (tal como, promover exposições conjuntas com estes concelhos da zona ribeirinha, que depois poderão circular por todos.).

Para que a fidelização de audiências se concretize, estas exposições têm que ser acessíveis a um maior número de pessoas possível, assim os textos de apoio deverão ser inclusivos e ter uma leitura fácil, não podendo ser muito longos e difíceis, sob pena de não serem lidos por todas as pessoas. Estes devem possuir o mínimo de informação possível, “(...) *funcionando como notas explicativas, claras e suficientemente concisas, de modo a serem compreensíveis para todos os públicos.*”(Nabais e Carvalho,1993,142).

Os textos expositivos não se podem resumir à sua forma, também o seu conteúdo deve ser ponderado, a dimensão humana de qualquer texto será apreciada, levando a que as pessoas que estão por detrás dos objectos e as suas histórias, também sejam lembradas pelo visitante. Segundo Clara Mineiro “(...) *as peças não falam por si.(...) Para serem compreendidas é necessário que se estabeleça um diálogo circular entre a peça e o seu observador.*” (Mineiro,2007,71) Este processo dialogal entre o visitante e a peça relaciona-se com as informações transmitidas pela peça e os conhecimentos adquiridos pelo visitante, o texto aparece-nos neste contexto como um mediador entre a informação a transmitir e a adquirida.

Com a realização destes dois tipos de exposições e tendo o cuidado com a concepção das mesmas, a unidade museológica Moinho do Cais conseguirá comunicar com mais pessoas, em diversos espaços e tempos. Sendo estas, uma interpretação da realidade, os

objectos servem para transmitir uma mensagem que transformará esta unidade museológica num local de reflexão.

B - Acção Educativa e Cultural

Os procedimentos a adoptar, em termos de investigação e estudo, propiciam a comunicação sobre a memória, servindo-se de uma estratégia e de uma pedagogia própria. Estes devem privilegiar um envolvimento com o seu público.

O Moinho do Cais pode constituir-se como uma instituição museal actuante na sua comunidade, assim deverá estudar os seus públicos, ou como Susana Gomes da Silva prefere chamar “audiência” “(...) *as audiências (termo preferencial ao de públicos, já que pressupõe a ideia de que uma audiência é composta simultaneamente pelos visitantes reais e potenciais, ou seja, aqueles que ainda não sendo visitantes o poderão passar a ser com programas adequados)*”. (Silva,2001,113)

A informação que esta unidade museológica deve vincular, através da suas iniciativas de comunicação, deverá ter em conta a fidelização de audiências, tendo em vista a captação de um maior número de pessoas. Assim, para além de possuir informação genérica para o público de uma visita esporádica (que poderá ser uma reedição da brochura editada em 2005 ou um novo folheto), esta unidade deverá providenciar informação mais detalhada e aprofundada para públicos mais exigentes e informação adequada a públicos juvenis e infantis, se possível adequada aos currículos escolares.

O público juvenil e infantil é um utilizador privilegiado de museus e/ou unidades museológicas, contudo deve-se apostar num programa educativo que não seja apenas dirigido para este, dado que “(...) *o alargamento da missão educativa do museu implicou também a ampliação e diversificação dos públicos-alvo aos quais dirigir os seus serviços e programas (procurando, desta forma, constituir uma audiência capaz de integrar públicos que até então não eram visitantes de museu). Ao lado das actividades para o público escolar (...) começam gradualmente a surgir programas educativos dirigidos às famílias, à terceira idade, à comunidade ou comunidades envolventes, a grupos culturalmente minoritários, a indivíduos com necessidades educativas especiais e, nalguns casos, com uso das novas tecnologias, ao visitante virtual (...)* O nascimento de um museu inclusivo, acessível a uma cada vez mais alargada audiência, tem implicado, assim uma dinamização da instituição que não só

justifica a sua existência, como também reforça a importância do seu papel cultural” (Silva, 2001,113).

Por tudo isto, o programa educativo do Moinho do Cais deverá ser abrangente, tendo em conta vários tipos de audiência, tornando-se numa unidade museológica inclusiva, com um papel cultural relevante na sociedade montijense, pois será potenciador de integração de públicos que, normalmente, não se revêem num museu.

Assim, este programa educativo deverá ser promotor de uma experiência global, onde o seu ambiente provoque, no visitante, uma experiência multi-sensorial (visual, táctil, auditiva) e vivencial (Silva,2001a,114). Vários factores se conjugam para que essa meta seja atingida, para além do ambiente, que se realçou, também o acolhimento por parte dos profissionais, a disponibilização de diferentes actividades adequadas ao teor da visita, a informação fornecida, a existência de espaços de lazer nas proximidades e uma pequena loja, também são factores a ter em conta, pois, contrariando algumas ideias pré-concebidas, mas potenciando o novo museu do século XXI, estes factores também se enquadram dentro das expectativas do actual visitante de museus e/ou unidades museais.

Baseando-se em toda a investigação efectuada e relacionada com as expectativas das audiências, o programa educativo deverá contemplar, não só actividades dirigidas a este moinho, mas também actividades dirigidas a outros moinhos (maré e vento) e relacionadas com o industrial. Não esquecendo toda a sua envolvente ambiental, potenciando projectos de cariz ecológico, conseguindo assim aliar o ambiental com o cultural.

A constituição deste programa educativo deverá ser um projecto de parceria com várias instituições concelhias, tais como Agrupamentos de Escolas, Escolas Secundárias, Escola Profissional, Instituições de Solidariedade Social, Associações Culturais, Infantários Privados, Misericórdias. Este trabalho em parceria deverá contribuir para a construção de um plano educativo de longa duração, onde todos se revejam, para que se possa concretizar objectivos e potenciar estratégias de actuação eficazes com vista a uma maior e melhor interacção com todos os potenciais visitantes. Este processo educativo tornar-se-ia dinâmico, negociado e democrático, promovendo a verdadeira divulgação cultural em redor deste património.

Sendo assim, as acções educativas decorrentes deste programa colocariam o bem patrimonial no centro da acção, onde a comunidade reconheceria a sua própria identidade. Proporcionando ao Moinho do Cais um caminho próprio para comunicar com as suas audiências.

As estratégias pedagógicas que se poderiam adoptar não se limitariam às visitas guiadas, mas passariam por oficinas pedagógicas (para os mais pequenos), workshops intergeracionais e em família, áreas de descoberta, direccionados a crianças e adultos. Para além disso, através de protocolos com Universidades, podendo dar continuidade às que anteriormente já foram estabelecidas no âmbito da recuperação do Moinho do Cais, esta unidade museológica poderia promover colóquios, conferências e formações adaptados aos temas desenvolvidos em investigação.

No processo educativo com as escolas, a estratégia passaria também por a unidade museológica sair de si própria e assumir o papel de ir ao encontro dos interesses manifestados por estas, assim apostando numa educação permanente dentro e fora do moinho, poder-se-ia construir “Maletas Pedagógicas” que apoiariam professores e técnicos na sua interacção com os alunos e materiais próprios e originais, decorrentes da investigação efectuada.

O programa educativo dirigido às escolas deve enquadrar-se dentro das preocupações manifestadas nos currículos escolares, havendo uma maior articulação moinho/escola, este pode vir a ser um excelente elo de transmissão de conhecimentos do ambiente natural e social, onde a utilização de vestígios de outra épocas serão utilizados como fontes de informação. As crianças poderão, através da observação directa dos aspectos naturais e humano no meio, realizar actividades práticas e trabalho de campo no meio envolvente à escola.(ME,2001,78).

Assim, o trabalho entre técnicos e professores deve ser contínuo, sendo as actividades divulgadas pelas escolas no ano lectivo anterior, para que se possam organizar e ponderar em conjunto. Um exemplo desse trabalho articulado é o serviço educativo do Ecomuseu do Seixal e o serviço educativo do Centro de Arte Moderna José Azeredo Perdigão da Fundação Calouste Gulbenkian.

O Moinho do Cais assumirá a sua estratégia comunicativa com os seus visitantes de uma forma educativa, privilegiando a sua função social, interagindo com a sua comunidade numa perspectiva de educação para a cidadania.

IV.IV Projectos de Publicações, Divulgação e Marketing

Num mundo globalizado como o actual, qualquer instituição para fidelizar audiências, tem que se adaptar às novas tecnologias e às exigências de uma sociedade em constante mutação.

As publicações que poderão ser efectuadas sobre esta unidade museológica não se devem limitar a edições, deve-se apostar no multimédia e em jogos on-line dirigidos a crianças, que podiam ser acedidos através de um link da página da Internet da Câmara Municipal de Montijo.

Para além das referidas publicações, a unidade museológica Moinho do Cais deve possuir uma publicação periódica. Esta publicação tem a vantagem manter o elo com a sua audiência, permitindo também veicular o trabalho de investigação. Pode-se seguir o exemplo de muitas publicações que são efectuadas por vários museus, tal com o Boletim editado pelo Ecomuseu do Seixal e o boletim “+Museu” do Museu Municipal de Palmela.

A divulgação, quer dos trabalho científicos, quer dos seus programas específicos para os vários tipos de públicos, pode ser veiculada através desta publicação periódica, contudo existem vários meios que a Câmara Municipal de Montijo dispõe que podem ser utilizados, tal como já o foram anteriormente usadas para a divulgação de outras actividades, tais como: página da Internet www.mun-montijo.pt, agenda cultural, revista municipal, folhetos e cartazes.

Como uma instituição pública, que tem como dever trabalhar para as pessoas e com as pessoas, qualquer instituição museológica deve elaborar um estudo de mercado, ou seja, quem e como quer atingir. Assim, o Moinho do Cais deve definir muito bem o que tem para oferecer às suas audiências. Utilizando estratégias de marketing, conseguir que a sua programação seja abrangente e tornar o local acessível.

O Plano de Reabilitação - Zona Ribeirinha da Cidade de Montijo, na qual está incluída a zona envolvente ao moinho, contempla espaços de lazer, com zonas pedonais, restaurantes e cafetarias. Estes espaços e o Moinho do Cais com uma programação apetecível e uma loja com merchandising próprio e exclusivo do local, constituem uma mais valia para a promoção do turismo e para a fidelização de audiências.

Para além disso, o que tornará o local único e original será, de certeza, o trabalho desenvolvido em torno da unidade museológica, pois contribuirá para a satisfação dos utentes e para a sua promoção directa, com a recomendação a amigos e conhecidos.

IV.V Proposta de Avaliação

O processo de avaliação de qualquer projecto, programa ou política deve estar sempre subjacente à sua elaboração, assim, se queremos que o programa museológico do Moinho do Cais seja eficaz devemos constituir um plano de avaliação sério, para que sirva de base de reflexão para o melhoramento de práticas.

A avaliação é a recolha e análise de informação relativa às actividades e resultados de projectos, programas e políticas que ao ser utilizada pelos decisores permite reduzir incertezas, melhorar a eficácia e eficiência e tomar decisões relativamente ao objecto de avaliação (Patton,1986,81). Neste âmbito, o mais usual, a avaliação é entendida a partir da sua utilidade ou da sua utilização.

Porém a avaliação pode também ser entendida enquanto processo de reconhecimento e construção da realidade. Neste caso Knoepfel define avaliação como um processo social e político que pressupõe um processo de aprendizagem durante o qual é necessário reconhecer as construções da realidade dos diversos grupos tematizados e eventualmente modificá-las de maneira interactiva; é um processo que cria a sua própria realidade, tornando-se neste sentido um processo alternativo, emergente e divergente. O avaliador torna-se um mediador que sustem e anima os processos de negociação e aprendizagem. (Knoepfel,1998,102)

Sendo assim, o processo de avaliação a aplicar no Moinho do Cais deverá ser uma avaliação que pressuponha uma aprendizagem, esta constará no seguinte:

- Objectivo Geral:

Contribuir para a consolidação do programa e a fidelização de audiências, fornecendo conhecimento que permita proceder, se necessário, às alterações que permitam a sua persecução, aumentando a sua eficácia.

- Objectivos Específicos:

avaliar a concepção do programa, no que se refere à sua pertinência e coerência face ao contexto de partida;

avaliar os mecanismos de operacionalização do programa, nomeadamente os recursos humanos e financeiros que lhe estão afectos e o funcionamento das parcerias estabelecidas;

avaliar os resultados e os efeitos do programa e das suas acções específicas;

tecer recomendações tendo em vista a melhoria da eficácia do programa com vista à sua persecução.

- Tipos e fases:

A avaliação desenvolve-se em três fases fundamentais:

Avaliação Conceptual – nesta fase pretende-se avaliar a concepção do programa, no que se refere à pertinência dos objectivos face ao diagnóstico e à coerência, nomeadamente quanto à articulação entre objectivos, estratégias e actividades planeadas. Tal como o nome indica este tipo de avaliação é realizada antes da implementação do mesmo e permite promover reajustes que derivam de eventuais alterações no contexto de partida.

Avaliação de Gestão, Acompanhamento e Resultados Preliminares – Sendo esta uma avaliação intercalar, que ocorre a meio percurso do programa, pretende-se avaliar:

os seus mecanismos de operacionalização, nomeadamente os modos de coordenação e gestão e a adequação dos meios colocados ao seu dispôr, em particular, dos recursos humanos e financeiros. Pretende-se, igual mente, avaliar o funcionamento das parcerias e o seu valor acrescentado face ao programa.

Avaliação de Resultados e Efeitos – esta é a última fase da avaliação, dado que se aplica no final de cada ano da implementação do programa. Pretende-se avaliar os resultados e efeitos do mesmo com vista a tecer recomendações para melhorar os seus procedimentos futuros.

Tipo de avaliação:

Tendo em conta a natureza e dimensão do programa optou-se por uma avaliação interna, da equipa de avaliação farão parte os técnicos e os representantes das instituições parceiras, desta forma considera-se a avaliação como um processo de formação/aprendizagem para os intervenientes. Em cada momento – chave da avaliação a equipa mobilizará os outros actores necessários ao processo de avaliação.

- Resultados/Outputs do processo de avaliação:

Para aferir os resultados do processo de avaliação é necessário produzir documentos, assim pretende-se apresentar relatórios intercalares e relatórios finais para cada ano de execução do programa.

- Divulgação/Utilização dos resultados de avaliação:

A avaliação serve como meio de informação, assim os seus resultados devem ser divulgados. Optou-se pelos seguintes meios divulgativos dos resultados da avaliação do programa:

- Relatório Final de cada fase do processo de avaliação, para autarquia e parceiros envolvidos no projecto;

- Brochura com síntese do relatório final de avaliação para a comunidade. Esta não servirá apenas como meio de divulgação da avaliação do programa, mas também como meio de divulgação da própria unidade museológica.

V Considerações Finais

Ao longo deste trabalho tentou-se contextualizar o bem patrimonial em estudo, para o qual, alicerçado em bases científicas de teorias e correntes da Museologia, se elaborou uma proposta de intervenção museológica, que constitui um caminho para afirmar o Moinho do Cais no contexto da museologia portuguesa actual.

Apostou-se numa perspectiva de salvaguarda com o intuito de reutilização, ou seja, preservar para se utilizar no presente, integrado na comunidade a que pertence. Baseado na ideia que os museus da actualidade despertam as consciências, formam cidadãos, que se afirmam como espaços do presente e de trocas de experiências, elaborou-se um projecto museológico inclusivo, onde a musealização *in situ* do Moinho do Cais se apoia na investigação e na comunicação.

Seguindo algumas directrizes descritas no documento oficial do Município de Montijo *Plano Estruturante - Zona Ribeirinha da Cidade de Montijo*, elaborou-se um projecto que visa a interligação da parte cultural com a parte ambiental e que promove esta unidade museológica no campo do Pré-Industrial e Industrial.

Sendo assim, apostou-se na elaboração de um Programa Museológico dinâmico, perspectivando iniciativas planeadas e tipificadas, com o intuito de constituir uma unidade museológica única e irrepetível. Pois, as potencialidades deste património, que se perpetua pela memória colectiva dos montijenses, constitui um valor acrescentado para o desenvolvimento da sociedade em que está inserido, podendo ser um veículo para afirmar a própria localidade e promover o turismo cultural.

A programação apresentada reflecte a consciência de que pode existir reformulações através do resultado das pesquisas efectuadas, constituindo-se assim, uma programação flexível. A investigação e estudo devem ser a base dessa programação, para que exista fundamento científico em todas as acções que se desenvolvam.

A investigação em torno desta unidade tem como pontos de partida o seguinte:

- Aprofundamento de questões do Moinho do Cais (recolha de depoimentos orais);
- Estudo dos outros moinhos de maré do concelho de Montijo;
- Estudo do património pré-industrial (moinhos de vento, azenhas, moinhos de água, fornos de cal);

- Estudo do património industrial através da exploração do Cais das Faluas;
- Estudo das energias renováveis e de impactos ambientais;
- Investigação relativa às comunidades que gravitam em seu redor, uma das quais a comunidade piscatória.

A investigação de um bem patrimonial fundamenta a sua programação e define e actualiza os eixos fundamentais da cadeia operatória da museologia: Salvaguarda e Comunicação.

Para além da proposta apresentada mencionar a salvaguarda do património, a programação que foi elaborada está assente na comunicação, pois dado o facto do Moinho do Cais já se encontrar recuperado, o caminho a seguir deve ser o da comunicação com os públicos. Conceber exposições de diversas temáticas envolvendo, sempre que possível, a comunidade, constituindo-se parcerias para que esse envolvimento seja mais eficaz, é um meio de efectivar a comunicação.

As exposições temporárias e itinerantes a se desenvolver no âmbito desta unidade museológica, para além do próprio equipamento *in situ*, potenciam a fidelização de audiências. Assim, deve-se proceder ao estudo de públicos para se perceber o que procuram numa unidade museológica com as características do Moinho do Cais.

As acções educativas devem ter em conta todos os tipos de público e não só o escolar, pois só assim esta unidade museológica pode ser inclusiva e potenciar novas formas de actuação.

As publicações servem para difundir o projecto, encontram-se na área da divulgação, pois divulgam os projectos elaborados em torno do Moinho do Cais. Para além disso, tem que existir uma divulgação efectiva e eficaz de todas as actividades, para que estas cheguem a um maior número de pessoas possível. Para isso, contribui um bom projecto de marketing.

Para que este programa seja eficaz necessita de ser avaliado, assim elaborou-se um plano de avaliação, que tem por base a reflexão para o melhoramento de práticas. Apostou-se numa avaliação interna que pressupõe uma aprendizagem dos seus intervenientes.

Existe a consciência, da nossa parte, que o projecto de intervenção museológica que foi apresentado é um dos caminhos que se pode adoptar na musealização do Moinho do Cais. Outras abordagens podem ser exploradas, contudo considera-se que o facto da presente dissertação assentar nos pressupostos de correntes museológicas como a Nova Museologia, por integrar a comunidade onde a unidade museológica está inserida e apostar na

comunicação com os públicos, transforma-a num trabalho sério e reflexivo no campo da museologia.

As fragilidades desta proposta também são sentidas, uma das quais é transversal a qualquer equipamento cultural, sendo esta, o facto das necessidades do público serem diferenciadas, que mudam em função do sexo, idade e classe social e que estas estão em constante mudança, contudo, como há a consciência para esta situação, pode-se tentar ultrapassar a dificuldade efectuando avaliações das acções e estudo de públicos.

Outra fragilidade encontrada prende-se com a divulgação e o marketing, pois para que estas duas componentes sejam realmente eficazes, deve ser efectuado um projecto de divulgação e marketing que tenha contemplado as acções a realizar, os seus prazos de implementação e as verbas necessárias.

No entanto, a dissertação que foi desenvolvida revela a importância da Museologia como um campo de conhecimento que busca a rentabilização da memória inserida num processo de identidade colectiva, onde se dá respostas no presente para se encontrar soluções para o futuro.

O Moinho do Cais, em Montijo, revela a importância da história local na construção de mais e melhores cidadãos, assim a valorização de patrimónios locais, como o moinho em causa, e a sua musealização é uma forma de transmitir uma educação local própria de cada comunidade, fazendo desta um acto de cidadania, integrada num processo dinâmico, potenciando o desenvolvimento local.

Finalmente, o presente estudo é a aplicação de teorias num caso concreto, assim apresenta grandes potencialidades para, através das directrizes que foram alvitradas ao longo do seu desenvolvimento, ser colocado em prática.